



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o presente relatório das atividades realizadas em 2010, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A CETESB, empresa de administração indireta do Estado de São Paulo, integrante do SEAQUA - Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção e Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais, criado pela Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, tem como missão "Promover a Melhoria e Garantir a Qualidade do Meio Ambiente no Estado de São Paulo, visando ao desenvolvimento social e econômico sustentável".

A promulgação da Lei Estadual nº 13.542 reorganizou o SEAQUA e ampliou as atribuições da CETESB, especialmente com a incorporação de competências relativas à aplicação da legislação florestal, à avaliação de impactos ambientais, à aplicação do zoneamento industrial metropolitano e à aplicação da legislação de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

Para atender a suas atribuições legais com esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro de 2.037 profissionais, sendo 1.238 de nível universitário/gerencial, 713 de nível médio (técnicos e administrativos) e 86 operacionais. Está organizada em 3 Diretorias e a Presidência, 56 Agências Ambientais distribuídas no território do Estado de São Paulo e 1 Setor de Atendimento Avançado (Poupatempo).

A CETESB manteve-se em 2010 como um dos 16 Centros de Referência da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões ambientais, uma das cinco instituições de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o abastecimento de água e saneamento, como órgão de referência e consultoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para questões relacionadas a resíduos perigosos na América Latina e Caribe, um dos três Centros Colaboradores da Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) na preparação de equipes de atendimento a emergências para casos de desastres, um dos doze Centros Regionais Nomeados para a Convenção de Estocolmo, nomeada para a região da América Latina e Caribe e membro da Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados, na qual exerceu a presidência de seu Comitê Gestor, desde sua fundação até o final de 2009.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade eminentemente econômica.

Sua atuação é que permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando os recursos naturais e a saúde pública e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrente das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

No entanto, os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, ainda que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria dos indicadores da saúde pública e pela redução dos índices de absenteísmo no trabalho por motivos de saúde relacionados à poluição e, ainda, pela preservação do patrimônio público e privado.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CETESB EM 2010

A atuação da CETESB no ano de 2010, mais uma vez consolida a vocação que tem norteado sua atuação ao longo de sua existência: uma organização centrada na defesa da saúde pública e na proteção do meio ambiente, dotada de um corpo técnico e instrumentos administrativos e tecnológicos capazes de prevenir e controlar os problemas decorrentes da poluição ambiental e, assim, contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.

A Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e a CETESB trabalham, desde o início desta gestão, em 2007, com o planejamento de suas atividades baseado na priorização de ações explicitadas nos 21 Projetos Ambientais Estratégicos da SMA, que repercutem no cotidiano das ações da CETESB e foram incorporados ao planejamento das atividades da Companhia.

É importante ressaltar o caráter matricial dos Projetos Estratégicos, envolvendo técnicos de várias áreas da SMA, e também destacar a atuação da CETESB, especialmente nos projetos que têm a coordenação sob responsabilidade de profissionais da Companhia, caso dos projetos Licenciamento Unificado, Lixo Mínimo, Onda Limpa, Esgoto Tratado, Desmatamento Zero, Respira São Paulo e Aquíferos.

As atividades da CETESB fazem parte do Programa de Gestão e Controle da Qualidade Ambiental inserido no Plano Plurianual do Estado - PPA. O Plano contempla cinco linhas de ação, que organizarão a apresentação deste relatório: **a inspeção em fontes poluidoras do meio ambiente; o licenciamento ambiental; o atendimento às demandas públicas relativas à qualidade ambiental; a avaliação da qualidade ambiental; e o suporte técnico e administrativo às atividades da companhia.** Cada uma dessas linhas de atuação, nas suas principais atividades, passam a ser relatadas a seguir.

• Inspeção em Fontes Poluidoras do Meio Ambiente

Em 2010 foram realizadas **40.753** inspeções técnicas em fontes fixas de poluição. Em decorrência dessa ação, foram lavrados **7.397** autos de advertência e aplicadas **2.601** multas.

Em relação especificamente aos postos de combustíveis, a CETESB procedeu à convocação de cerca de 8.500 estabelecimentos visando ao seu licenciamento ambiental, conforme previsto pela Resolução CONAMA nº 273/2000. Considerando que uma parcela significativa dos postos convocados continuava inadimplente quanto ao licenciamento, apesar das ações administrativas executadas pelas agências ambientais, foram desencadeadas, no período de janeiro a dezembro de 2010, **dez** ações conjuntas no Estado de São Paulo, que objetivaram exercer uma fiscalização mais rigorosa sobre esses estabelecimentos. Em razão dessas ações, foram realizadas nesse período **5.453** vistorias e aplicadas **537** multas pontuais, **174** multas diárias e **57** interdições. Com a intensificação dessas ações mais de **1.100** postos concluíram seu processo de licenciamento.

No controle das fontes móveis de poluição do ar, foram lavradas cerca de **12.000** multas por emissão de fumaça preta acima do padrão legal. No desenvolvimento de sua atividade de agente técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA, para o gerenciamento conjunto dos principais programas de controle da poluição veicular no país, foram emitidos **517** pareceres técnicos.

Em 2010, foi dada continuidade ao desenvolvimento de um novo Inventário de Emissões das Fontes Estacionárias do Estado de São Paulo, baseado em um sistema informatizado que utiliza informações transmitidas pela Internet. Os dados apresentados pelas 1372 empresas convocadas para prestação de informações sobre a geração de emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos foram objeto de avaliação e consolidação, por meio das quais foram detectados os principais aspectos a serem aprimorados, em 2011, no sistema informatizado construído especificamente para essa finalidade, visando à obtenção de uma ferramenta de gestão de informações ambientais para a elaboração da base de um efetivo inventário de emissões de fontes estacionárias do Estado

• Licenciamento Ambiental

Em 2010 as ações de licenciamento ambiental de fontes de poluição e de atividades degradadoras de recursos naturais resultaram na emissão de **24.883** licenças, **1.212** autorizações para supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, **4.822** Certificados de Dispensa de Licenciamento e **2.033** Pareceres Técnicos.

Nos processos de licenciamento instruídos com avaliação de impacto ambiental foram produzidos pareceres técnicos que subsidiaram a emissão de 165 Licenças Prévia, 112 Licenças de Instalação e 53 Licenças de Operação. Numericamente pequenas, essas avaliações tratam de projetos de grande importância, como, por exemplo, novas unidades da indústria automobilística, a ampliação de unidades siderúrgicas, o plano que trata da ampliação da rede de dutos de combustíveis, as ampliações de unidades industriais de produção de açúcar, álcool e co-geração de energia e a ampliação do sistema metroviário.

Para o aprimoramento do processo de licenciamento, foi implantado o Sistema de Licenciamento Simplificado - SILIS, sistema informatizado via internet, calcado na certificação digital, por meio do qual empreendimentos de baixo potencial poluidor realizam o seu licenciamento ambiental utilizando o meio eletrônico remoto, dispensando o deslocamento dos interessados até uma Agência Ambiental. Com a adoção do SILIS o tempo médio total para o licenciamento de empreendimentos de baixo potencial poluidor pôde ser reduzido de 90 dias, em média, para até 15 dias. No decorrer de 2010, o sistema recebeu **4.697** solicitações, aproximadamente 13 por dia. Dessas solicitações, **4.071** foram atendidas com a emissão da licença, em um tempo médio de 11 dias, apesar de o compromisso da CETESB para emissão de licença por esse sistema ser de 15 dias.

• Atendimento às Demandas Públicas Relativas à Qualidade Ambiental

Uma das principais atividades desenvolvidas pela CETESB é o atendimento a demandas da comunidade relativas à qualidade ambiental. Dentre essas demandas destacam-se as discriminadas a seguir.

Atendimento a reclamações: atendimento a **17.391** reclamações relativas a fontes de poluição e **9.288** reclamações relativas à emissão de fumaça preta, sendo fornecidas informações quanto às questões ambientais e providenciados os encaminhamentos necessários.

Atendimento ao Ministério Público: foram atendidas **8.071** solicitações do Ministério Público relativas à área de atuação da CETESB.

Atendimento às emergências químicas: em 2010 a CETESB atendeu a **461** ocorrências com produtos químicos, além de desenvolver diversas atividades para evitar e/ou minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde pública causados por acidentes ambientais.

Ações articuladas com municípios: durante o ano de 2010, várias ações foram desenvolvidas para o compartilhamento do licenciamento e fiscalização ambientais com os municípios, envolvendo treinamentos para capacitação dos técnicos de prefeituras.

O objetivo é o de aumentar o número de municípios paulistas envolvidos com a gestão e o licenciamento das fontes de poluição e das atividades geradoras de impacto ambiental local.

Em 2010 a gestão compartilhada contava com **25** municípios já emitindo licenças (Americana, Araraquara, Atibaia, Bertioga, Campinas, Caraguatuba, Colina, Guarulhos, Hortolândia, Igaratá, Itaquaquecetuba, Lins, Lorena, Martinópolis, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São Carlos, São Vicente, Sertãozinho, Tatuí e Valinhos).

Além dessas municipalidades, firmaram convênio com o mesmo objetivo e encontram-se prestes a iniciar os primeiros licenciamentos as prefeituras de Barretos, Borborema, Cajamar, Descalvado, Franca, Indaiatuba, Itatiba, Louveira, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Monte Mor, Osvaldo Cruz, Olímpia, Piracicaba, São Bernardo do Campo, Sorocaba e Votorantim. Durante o ano de 2010 foram oferecidos treinamentos para os municípios interessados na gestão ambiental compartilhada. Essas atividades de capacitação no licenciamento e fiscalização ambiental atenderam **25** municípios em **20** treinamentos, totalizando **542** técnicos municipais treinados.

Ações articuladas com outras instituições: com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade ambiental do Estado, por meio do fortalecimento técnico e institucional dos Municípios e outras instituições, a CETESB desenvolve uma série de atividades destinadas ao apoio técnico para elaboração de projetos no âmbito das questões ambientais, destacando-se as atividades para a disseminação de conceitos e a promoção da adoção de medidas de produção mais limpa (P2/P+L), e o suporte às ações dos programas estaduais PROCLIMA - Programa Estadual de Mudanças Climáticas, e PROZONESP - Programa Estadual de Prevenção à Destruição da Camada de Ozônio.

A CETESB também mantém convênios com o Banco Mundial, o PNUD, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Governo Britânico para a realização de estudos e serviços relacionados à emissão de gases de efeito estufa, como a elaboração do Relatório de Referência das emissões nacionais de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes dos anos de 1990 a 2005, a coordenação de uma rede nacional de inventário de gases de efeito estufa, a elaboração de um cenário nacional das emissões de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes para o ano de 2030, o fomento ao uso energético do biogás, o fomento aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, a elaboração do inventário das fontes e sumidouros de gases de efeito estufa de todas as atividades da economia do Estado de São Paulo e o apoio ao Governo Federal para a implementação das medidas de banimento das substâncias que destroem a camada de Ozônio.

Na condição de Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, a CETESB analisou, aprovou, gerenciou e acompanhou a implantação de projetos relacionados com a coleta e o tratamento de esgotos, a disposição de resíduos sólidos domésticos, a qualidade de águas, solo e vegetação, bem como de conservação ambiental. As atividades de análise de projetos visando à contratação de financiamento resultaram na aprovação de cerca de **R\$ 45 milhões**.

Como Agente Técnico e Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, executou em 2010 os procedimentos administrativos para 265 novos financiamentos não reembolsáveis, no valor aproximado de **R\$ 52 milhões** para municípios do Estado de São Paulo.

O FECOP também apóia o Projeto Capacitação Técnica para a CETESB/SMA, tendo proporcionado **200** treinamentos nacionais e **19** internacionais, a vinda de **15** consultores nacionais e **8** internacionais, **28** representações institucionais e o apoio à realização de **3** seminários.

O Programa de Controle de Poluição (PROTOP) tem como objetivo auxiliar no controle e prevenção da poluição ambiental por meio de uma linha específica de financiamento (Programa de Financiamento ao Controle - PFC), além de apoiar a capacitação técnica e operacional da instituição (Programa de Assistência Técnica - PAT). No escopo do PAT estão sendo desenvolvidos os projetos "Processo de Qualidade Total" e "Levantamento da Contaminação Ambiental do Sistema Estuarino de Santos e São Vicente".

Por meio das Câmaras Ambientais, colegiados de caráter consultivo da SMA, constituídos no âmbito da CETESB, tem-se buscado promover a melhoria da qualidade ambiental pela permanente interação entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do Estado de São Paulo. Atualmente são 15 Câmaras Ambientais em atividade, produzindo normas técnicas, procedimentos, eventos e treinamentos, entre os quais merecem destaque:

- Guia Técnico Ambiental da Indústria Têxtil - Série P+L;
- Procedimento para Avaliação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transporte;
- Roteiro para Execução de Investigação Detalhada e Elaboração de Plano de Intervenção em Postos e Sistemas Retalhista de Combustíveis;
- Termo de Referência para Elaboração do Plano de Monitoramento de Emissões Atmosféricas da Indústria Cítrica;
- Divulgação do tema Mudanças Climáticas a diversos setores produtivos;
- Programa de Implementação de Gerenciamento de Áreas Contaminadas com Base no Risco - PIA.

Transferência de conhecimento/tecnologia ambiental: em 2010 foram oferecidos **93** cursos para o público externo, incluindo 31 que contaram com a participação dos funcionários da CETESB, nas seguintes modalidades: cursos de curta duração e treinamentos práticos especializados, abertos e *in company*. Houve participação de **1.912** profissionais externos, incluindo 373 de outros estados brasileiros e 12 de outros países.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

Análises Ambientais: o Laboratório de Dioxinas e Furanos, inaugurado em 2009, validou as metodologias para determinação desses poluentes orgânicos persistentes, listados na Convenção de Estocolmo, em cinzas, solos e sedimentos.

Foram realizadas **22.381** coletas de amostras de diversas matrizes ambientais (água, efluentes domésticos e industriais, resíduos, solo e ar) para análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas.

Avaliação da qualidade do ar: importante instrumento de suporte das ações preventivas e corretivas de controle de poluição do ar, que impedem a degradação ambiental, o monitoramento da qualidade do ar foi executado por meio da operação e manutenção de uma rede de monitoramento contínuo e automático da qualidade do ar com **40** estações fixas, sendo **20** na RMSP, **3** em Cubatão, **17** no interior do Estado e **3** estações móveis. Os boletins diários de qualidade do ar foram divulgados pelo site da CETESB na internet e pela imprensa falada e escrita. Foi também mantida em funcionamento, em **22** cidades do interior, a rede manual de avaliação da qualidade do ar e intensificado o uso de bioindicadores, especificamente para fluoretos e ozônio, como ferramenta de apoio para avaliação da qualidade do ar.

Os gráficos a seguir mostram como a qualidade do ar se comportou ao longo dos últimos 10 anos, até 2009, tendo em vista que o tratamento dos dados referentes a 2010 ainda não foi concluído. Pela análise dos gráficos pode-se perceber uma tendência de queda na concentração das partículas inaláveis (figura 1), dióxido de enxofre (figura 2) e monóxido de carbono (figura 3) na maioria dos locais monitorados pela CETESB. Essas constatações são importantes para direcionar e conduzir novas ações de gestão ambiental. Com relação ao ozônio (figura 4), não há ainda uma tendência definida.

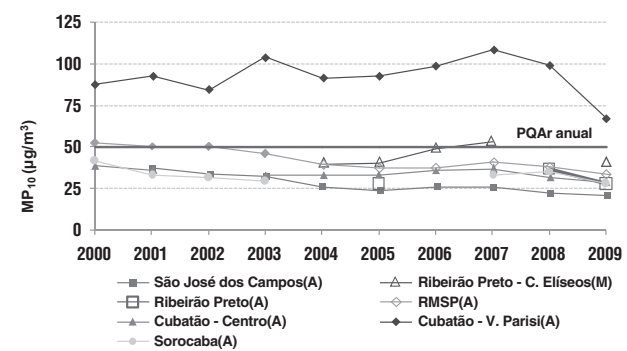


Figura 1 - Evolução da concentração de partículas inaláveis (MP10) na RMSP e interior e litoral comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAR)

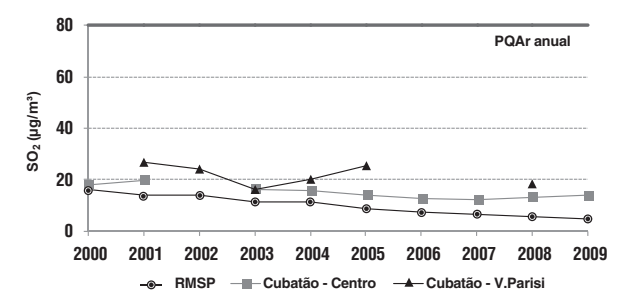


Figura 2 - Evolução da concentração de dióxido de enxofre (SO2) na RMSP e Cubatão comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAR)

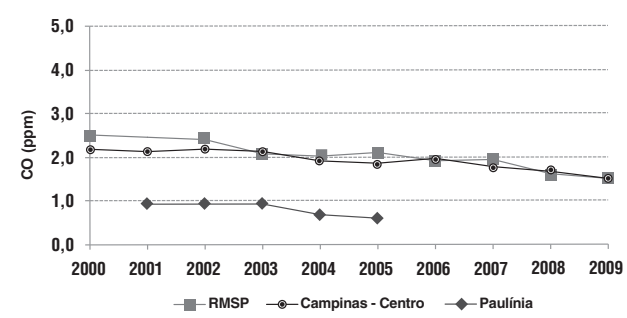


Figura 3 - Evolução da concentração de monóxido de carbono (CO) na RMSP, Campinas e Paulínia

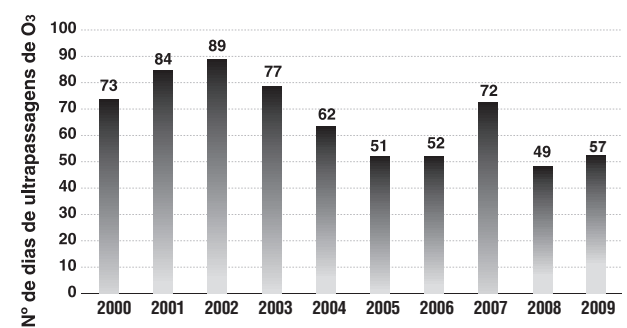


Figura 4 - Evolução do número de dias com ultrapassagem do Padrão de Qualidade do Ar (PQAR) para o ozônio na RMSP

Avaliação da qualidade das águas superficiais

Águas interiores (rios, lagos e sedimentos): a rede de monitoramento tem sido continuamente aprimorada nos últimos anos. Eram 132 pontos em 1995 e em 2010 foram **412** (incluindo 13 pontos da rede automática de qualidade da água das Bacias do Alto e Médio Tietê).

A CETESB é uma das poucas Agências Ambientais do Brasil a operar uma rede de sedimentos em corpos d'água, o que é particularmente importante para avaliar a presença de compostos tóxicos persistentes. Atualmente são 21 pontos, nos quais são analisados até 57 parâmetros físico-químicos, hidrobiológicos e ecotoxicológicos.

O gráfico a seguir mostra que a distribuição do Índice de Qualidade das Águas (IQA) dos corpos d'água monitorados pela CETESB manteve-se inalterada de 2004 a 2009, ao mesmo tempo em que se observou um incremento da população no Estado de aproximadamente 1 milhão e 500 mil habitantes. Nesse período, houve aumento na porcentagem de tratamento de esgotos no Estado passando de 39% para 49%. Portanto, o investimento em saneamento, associado às ações de controle da CETESB, possibilitou a manutenção da qualidade das águas superficiais no período considerado.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

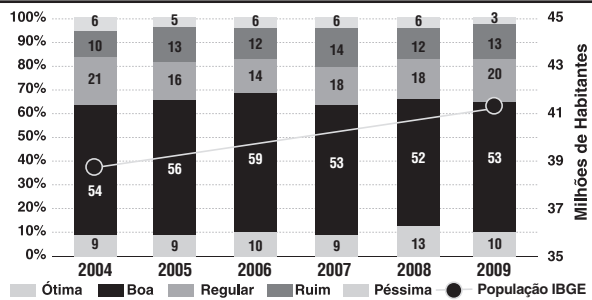


Figura 5 - Evolução do Índice de Qualidade das Águas (IQA) e a população no Estado de São Paulo (2004-2009) O ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município, que acompanha e avalia a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto evoluiu de um ICTEM médio de 4,5 em dezembro de 2008 para 5,0 no final de 2010, ressaltando-se a redução de 158 para 106 o número de municípios sem nenhum sistema de tratamento.

Balneabilidade das praias: foram monitorados 30 pontos em praias interiores e 156 pontos em 137 praias de alta frequência de turistas no litoral do Estado, abrangendo 15 municípios, perfazendo, em média, 1 ponto de amostragem a cada 1,5 km de praia. Foram emitidos, semanalmente, boletins de balneabilidade das praias litorâneas e divulgados à população por meio da imprensa falada e escrita, pelo site da CETESB na internet, ou em outros sites de diversos provedores e órgãos por meio de convênios.

Qualidade das águas costeiras: Em 2010 iniciou-se o monitoramento da qualidade das águas costeiras com 57 pontos de amostragem distribuídos ao longo de todo o litoral do Estado de São Paulo.

Avaliação da qualidade do solo e das águas subterrâneas

Águas subterrâneas: a rede de monitoramento de qualidade tem sido continuamente aprimorada nos últimos anos. Com início de operação em 1990 a rede passou de 4 pontos de amostragem a 240 pontos em 2010 (figura 6). A qualidade das águas subterrâneas no Estado de São Paulo tem sido avaliada por meio da realização de amostragem semestral, principalmente de poços de abastecimento público distribuídos em 7 aquíferos e 20 UGRHs (Unidade de Gestão de Recursos Hídricos), para monitoramento de mais de 40 parâmetros físicos, químicos e microbiológicos (figura 7).

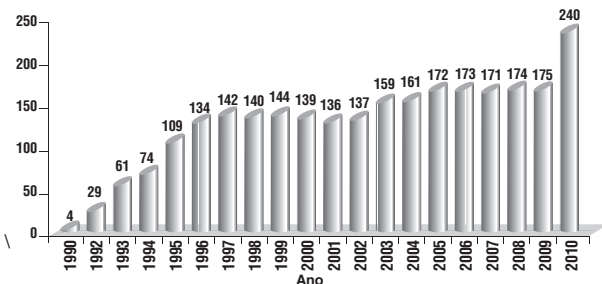


Figura 6 - Evolução do número de pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas

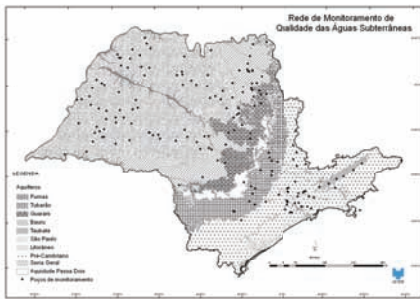


Figura 7 - Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas Os resultados do monitoramento foram sintetizados, definindo o Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas - IPAS, para as águas brutas para os anos de 2007 a 2009 (Tabela 1), publicados no último relatório trienal, em 2010, e disponível para o público na página CETESB na internet.

Tabela 1 - Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas - IPAS para os anos 2007, 2008 e 2009, por UGRHI.

UGRHI	2007		2008		2009	
	IPAS	Parâmetros Desconformes	IPAS	Parâmetros Desconformes	IPAS	Parâmetros Desconformes
2	62,5	bário, ferro, manganês	78,6	ferro, manganês	62,5	ferro, manganês, bactérias heterotróficas, coliformes totais
4	91,7	manganês, bactérias heterotróficas	90,9	alumínio	90,9	alumínio, manganês
5	79,2	fluoreto, manganês, coliformes totais	70,8	fluoreto, manganês, bactérias heterotróficas, coliformes totais	75,0	fluoreto, manganês, coliformes totais
6	62,2	alumínio, cromo, ferro, fluoreto, manganês, nitrato, coliformes totais, bactérias heterotróficas	56,3	alumínio, chumbo, ferro, fluoreto, manganês, nitrato, bactérias heterotróficas e coliformes totais	79,5	alumínio, ferro, fluoreto, manganês, nitrato, bactérias heterotróficas, coliformes totais
8	100,0	-	100,0	-	91,7	bactérias heterotróficas
9	82,6	ferro, manganês, coliformes totais	83,3	ferro, bactérias heterotróficas, coliformes totais	87,5	bactérias heterotróficas, coliformes totais, Escherichia coli
10	65,0	arsênio, fluoreto, manganês, sódio, bactérias heterotróficas	78,9	arsênio, manganês, nitrogênio amoniacal, sódio, bactérias heterotróficas	65,0	arsênio, ferro, fluoreto, manganês, sódio, bactérias heterotróficas
12	100,0	-	100,0	-	87,5	bactérias heterotróficas
13	81,5	alumínio	84,0	bactérias heterotróficas	85,7	bactérias heterotróficas
14	62,5	alumínio, coliformes totais	85,7	nitrogênio amoniacal	100,0	-
15	80,0	alumínio, ferro	100,0	-	100,0	-
16	84,6	crômio, coliformes totais	81,8	crômio, bactérias heterotróficas	75,0	crômio, ferro, nitrato
17	100,0	-	83,3	bário	100,0	-
18	76,5	crômio	50,0	crômio, nitrato	62,5	crômio, Escherichia coli
19	83,3	nitrato	75,0	nitrato, coliformes totais, bactérias heterotróficas	58,3	nitrato, coliformes totais
20	71,4	alumínio, bário, nitrato, coliformes totais	92,9	bário, crômio, coliformes totais	81,5	bário, nitrato, coliformes totais
21	73,1	crômio, nitrato, coliformes totais	69,2	crômio, coliformes totais	65,4	crômio, nitrato, bactérias heterotróficas
22	90,0	alumínio, coliformes totais	90,0	Ferro	100,0	-
Estado de São Paulo	77,7		79,7		80,1	

UGRHI - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Qualidade: 0 a 33 - Ruim ; 33.1 a 67 - Regular; e 67.1 a 100 - Boa.

Nos últimos anos a implementação de uma Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade das Águas Subterrâneas tem sido conduzida pelos órgãos gestores de qualidade e quantidade, CETESB e DAEE, com apoio de outras instituições no âmbito do Projeto Ambiental Estratégico - PAE Aquíferos, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Com recursos financeiros do FEHIDRO foram construídos 21 piezômetros com profundidade média de 40 metros, dedicados ao monitoramento dos aquíferos livres (Figura 8). O monitoramento dos parâmetros de qualidade é realizado com frequência semestral enquanto o nível d'água (quantidade) é monitorado diariamente.

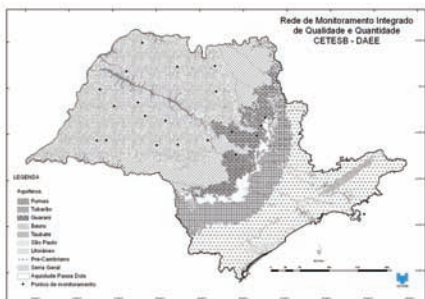


Figura 8 - Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade das Águas Subterrâneas - CETESB - DAEE

Solos: a qualidade dos solos tem sido avaliada por projetos de detalhamento da condição de qualidade do solo em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Atualmente está em desenvolvimento o projeto da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - UGRHI 5, no qual já foram amostrados 90 pontos, com a realização de análises de mais de 80 parâmetros inorgânicos, orgânicos e de fertilidade em cada amostra.

Resíduos Sólidos Domiciliares: a ação de controle exercida pela CETESB, ao lado das iniciativas desencadeadas pelos projetos Lixo Mínimo e Município Verde Azul, possibilitaram a redução do número de aterros inadequados no Estado, passando de 143 no início de 2007, para 37 no final de 2010. Os dados completos sobre este trabalho estão disponíveis no site da CETESB, junto com o inventário de resíduos domiciliares de 2010. Destaca-se que esse resultado se deve não somente às ações de controle, mas também às ações de capacitação dos gestores municipais para melhor operação dos aterros sanitários, atividade que compreendeu todos os municípios do Estado.

Áreas Contaminadas: de acordo com os dados disponíveis do inventário de áreas contaminadas no Estado de São Paulo, foram identificadas, até novembro 2009, 2.904 áreas registradas, das quais 110 encontram-se reabilitadas, 819 em processo de monitoramento para reabilitação, 1.396 contaminadas e 579 contaminadas sob investigação. Dentre essas áreas, 8 foram consideradas críticas, passando a ter um processo de gestão diferenciado pela CETESB.

A cooperação técnica com outros órgãos do Estado de São Paulo, com municípios, com órgãos ambientais de outros estados e com outros países

em assuntos relacionados ao gerenciamento de áreas contaminadas é outra atividade que merece ser apontada.

Suporte Técnico e Administrativo às Atividades da Companhia

Desenvolvimento e capacitação profissional: objetivando potencializar sua capacidade de atuação e a atualização de seu quadro de pessoal, foram oferecidas 2.981 oportunidades de capacitação, na sede da empresa e no interior, por meio de 140 cursos organizados pela CETESB em diversas modalidades: cursos de curta duração, cursos rápidos após o expediente, oficinas de trabalho, visitas a campo, cursos de informática. Os funcionários também participaram de cursos externos, congressos, seminários e outros eventos, nacionais e internacionais, sendo 265 treinamentos nacionais e 13 internacionais. Houve participação de 45 empregados em programas de pós graduação lato e stricto sensu. No total, foram 3.291 capacitações, que representam o maior esforço de atualização do quadro profissional já realizado pela empresa. Somando-se os treinamentos do público externo, atingiu-se a marca de 5.203 treinamentos.

Desenvolvimento e gestão da qualidade: o Programa de Qualidade e Produtividade da CETESB manteve as Certificações de Qualidade do Setor de Operações de Emergência, Setor de Transferência de Conhecimento Ambiental, Agência Ambiental de Bauri e Setor de Análise de Riscos pela Norma ABNT NBR ISO 9001:2000, concedidos pela Certificadora alemã Germanischer Lloyd Industrial Services do Brasil. O Programa manteve a acreditação de 17 laboratórios (ensaios laboratoriais e veiculares), pela Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, por meio da realização de auditorias do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO e de análises críticas do Sistema de Gestão da Qualidade do Programa de Qualidade e Produtividade. Promoveu também avaliações de desempenho por meio de ensaios de proficiência.

Ações de Suporte e Desenvolvimento: foram realizadas 310.625 análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas, atendendo solicitações de órgãos oficiais de saneamento, saúde pública, prefeituras municipais, Ministério Público, indústrias e clientes particulares, bem como para fornecer subsídios e apoio técnico ao licenciamento e fiscalização e aos diversos programas desenvolvidos na CETESB.

Cooperação técnica científica nacional e internacional: em continuidade as suas ações e seguindo a tendência global, a CETESB incentiva a Cooperação Internacional a fim de possibilitar o intercâmbio científico e tecnológico, a captação de recursos para projetos ambientais e a integração com parceiros que trabalham pela qualidade de vida no planeta com o objetivo comum do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, em 2010 manteve projetos de cooperação Internacional com as seguintes instituições: Ministério de Meio Ambiente - Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA; Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos - EPA; Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, Agência de Comércio dos Estados Unidos (TDA) e a Agência Federal da Alemanha (UBA). Dentre os vários projetos em desenvolvimento, vale ressaltar:

- Banco Mundial - BIRD - Estudo de Caso de Baixo Carbono no Brasil
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA para o

desenvolvimento e operação de uma Rede de Informação e Capacitação em Consumo e Produção Sustentável para América Latina e Caribe;

- Definição como centro nomeado da Convenção de Estocolmo das Nações Unidas para a América Latina para Poluentes Orgânicos Persistentes POP's;
- Apoio à Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (NRG4SD) e à Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados;
- Contrato de Cooperação nº 020/2008 AFCCO, entre o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido e a CETESB, com vistas à implementação do Projeto Apoio à Política Climática do Estado de São Paulo;
- Protocolo de Intenções com UNESP - Universidade Estadual Paulista, a USP - Universidade de São Paulo, a UW - University of Waterloo, a UofGUELPH - University of Guelph e a ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, objetivando a conjugação de esforços entre as instituições, visando à promoção de um Termo de Cooperação como forma de fortalecer e promover o avanço da educação científica e tecnológica, com ênfase para as áreas relacionadas à hidrologia, qualidade de solo e águas subterrâneas, avaliação e remediação de locais contaminados, gestão e regulamentação de áreas contaminadas;

- Protocolo de Intenções com o Centro de Estudos em Sustentabilidade - GVces da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas - FGV-EAESP para modelagem do processo do Registro Público de Emissões nos termos da Política Estadual de Mudanças Climáticas;
- Memorando de Entendimento com o Centro Regional da Convenção de Estocolmo - Laboratório Tecnológico do Uruguai - LATU implementação do Plano de Monitoramento Global de POP's para a América Latina e Caribe nas matrizes de ar, leite materno e sangue humano para os países da Região: Antígua e Barbados, Brasil, Chile, Equador, Jamaica, México, Peru e Uruguai;
- Acordo de Cooperação com a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos - USTDA no âmbito da Assistência Técnica para Definição de Cargas e Vazões Específicas para Atividades Industriais no Estado de São Paulo, Associadas a Programas de Produção Mais Limpa;
- Termo de Cooperação com a JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão para atividades diversas, com destaque para o Programa de Treinamento para Terceiros Países - TCTP.

Destaque-se ainda que, em reconhecimento à especialização e atuação da CETESB na prevenção e resposta aos casos de acidentes com produtos químicos, a OPAS - Organização Pan Americana da Saúde e a OMS - Organização Mundial da Saúde revalidaram em 2010 a CETESB como Centro Colaborador na Prevenção de Emergências em Casos de Desastre para, na qualidade de disseminador de conhecimento, cumprir uma das missões da OPAS/OMS no que tange à transferência de tecnologia a instituições de países da América Latina e Caribe.

Recursos humanos: aprovação para implantação de melhorias no Plano de Carreira; reestruturação do quadro de pessoal com a extinção de cargos relacionados à atividade meio, como por exemplo cargos de confiança/livre provimento/ad nutum e a criação de cargos permanentes, preenchidos somente por concurso público, relacionados à atividade fim; manutenção dos programas de Integração de Novos Funcionários, Estágios de Nível Técnico, Graduação, Pós Graduação e APAE, Aprendiz e de Prevenção de Riscos Ambientais.

Planejamento estratégico das Agências descentralizadas: Em 2010 foi concluído o planejamento estratégico das 56 agências da CETESB, sendo 47 realizados em 2009 e 9 em 2010. O planejamento estabeleceu as prioridades de cada uma delas, assim como as estratégias de enfrentamento dos principais problemas ambientais da região de sua atuação, à luz das prioridades estabelecidas nos Projetos Ambientais Estratégicos da SMA.

Gestão Financeira

No ano de 2010 a CETESB conseguiu uma recuperação parcial das perdas do ano anterior, que foi afetado pela crise financeira mundial de 2008/2009. Esta recuperação só não foi completa porque a instalação de novos empreendimentos, que necessitam de licenças ambientais, não foi retomada na velocidade esperada. Com isso, as receitas auferidas com o sistema de licenciamento ambiental ficaram abaixo do previsto. Em compensação, os demais ingressos de recursos, especialmente a arrecadação de multas ambientais, superaram as expectativas, fazendo com que o resultado final fosse positivo.

A CETESB intensificou as ações de cobrança, especialmente com relação às multas ambientais de fontes estacionárias, efetuando cobranças, oferecendo oportunidades de parcelamento, inscrevendo na dívida ativa do Estado ou no CADIN Estadual. De igual forma, ajustou os preços de seus produtos e serviços, como forma de garantir recursos para os investimentos necessários à manutenção de seus laboratórios e à implementação do projeto do *Licenciamento Ambiental Unificado*.

Execução Financeira

Composição dos Ingressos

A participação dos recursos do Tesouro do Estado na composição dos ingressos de recursos diminuiu consideravelmente ao longo dos anos, observando-se que, em 1995, esta participação era de 88%, enquanto que em 2010, a participação foi de 49,7%.

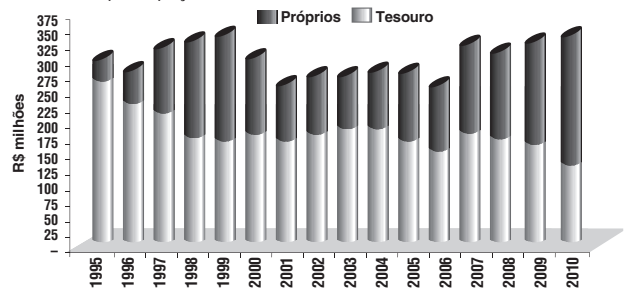


Figura 9 - Composição dos Ingressos (valores atualizados para Dez/10 pelo IPC-Fipe)

Composição dos Desembolsos

Quanto aos desembolsos, observa-se que as despesas de Pessoal e Reflexos, têm se mantido quase constantes nos últimos anos, apesar dos reajustes salariais anuais concedidos e do custo adicional resultante da implantação do Plano de Carreira, ocorrida em 2009.

Registre-se que a constante redução das despesas de custeio que vinha ocorrendo nos últimos anos foi interrompida com a implantação do projeto *Licenciamento Ambiental Unificado*, que ampliou de 35 para 56 Agências Ambientais.

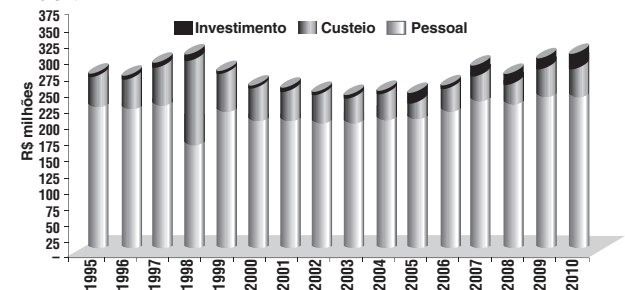


Figura 10 - Despesas de custeio (valores atualizados para Dez/10 pelo IPC-Fipe)

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de Reais)

Ativo	2010	2009	Passivo e Patrimônio Líquido	2010	2009
Circulante	97.087	73.187	Circulante	104.273	99.386
Caixa	14	11	Fornecedores	5.394	5.739
Bancos	3.133	1.368	Salários e Remunerações a Pagar	6.336	5.601
Aplicações Financeiras (nota 04)	52.088	46.682	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)	12.159	11.659
Clientes	300	535	Reclamações Trabalhistas (nota 11)	8.335	10.045
Adiantamentos a Empregados	1.287	1.396	Adiantamentos de Convênios	22.823	15.813
Impostos a Recuperar	135	139	Adiantamentos de Clientes	839	421
Parcelamentos a Receber (nota 05)	10.751	4.886	Prov. p/Férias, Lic. Prêmio e Encargos	25.302	23.670
Valores a Receber - Dívida Ativa	27.917	10.137	Outras Contas a Pagar	5.835	8.516
Outras Contas a Receber	167	6.331	Provisão para Contingências		
Estoques	1.176	1.577	Trabalhistas (nota 10)	13.739	14.999
Despesas Exercício Seguinte	119	125	Provisão para Proc. Cíveis/Fiscais (nota 10)	3.511	2.923
Não Circulante	424.227	398.111	Não Circulante	13.455	19.587
Realizável a Longo Prazo	335.214	316.698	Exigível a Longo Prazo		
Empréstimo Compulsório FND - DL 2288	1.025	988	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)	2.274	3.353
Adiantamentos a Empregados	1.964	1.863	Impostos Reservas de Reavaliação (nota 08)	2.149	2.224
Parcelamentos a Receber (nota 05)	5.681	3.061	Reclamações Trabalhistas (nota 11)	9.032	14.010
Valores a Receber - Dívida Ativa	326.333	310.687	Patrimônio Líquido	403.586	352.325
Impostos a Recuperar	211	99	Capital Social (nota 12a)	139.012	134.829
Investimentos	8	10	Adiantamentos para Aumento de Capital	2.487	6.670
Imobilizado (nota 06)	88.500	80.912	Reservas de Capital	11.849	9.586
Intangível (nota 07)	505	491	Reservas de Reavaliação	21.297	21.534
Total	521.314	471.298	Reservas de Lucros a Realizar (nota 12b)	228.941	179.706
			Total	521.314	471.298

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiant. p/ Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	134.829	4.670	8.204	21.771	151.333	-	320.807
Créditos do Governo do Estado	-	2.000	-	-	-	-	2.000
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.382	-	-	-	1.382
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	28.061	28.061
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	1.419	(1.419)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	26.954	(26.954)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	134.829	6.670	9.586	21.534	179.706	-	352.325
Créditos do Governo do Estado	4.183	(4.183)	-	-	-	-	-
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	2.263	-	-	-	2.263
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	48.923	48.923
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	2.462	(2.462)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	46.773	(46.773)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	139.012	2.487	11.849	21.297	228.941	-	403.586

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores em milhares de Reais)

01 Contexto Operacional
A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores - Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.
Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

03 Práticas Contábeis
a. Apuração do Resultado
As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
b. Aplicações Financeiras
Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.
c. Estoques
Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.
d. Investimentos
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.
e. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.
A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.
As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.
f. Ativo Intangível - Programas de Computador (Softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.
g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos
As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.
h. Arrecadação de Multas
Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.
i. Arrecadação de Licenças Ambientais
Os valores das licenças ambientais concedidas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados como resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.
j. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2010, o lucro líquido do exercício, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, transformou-se em um prejuízo fiscal, não sendo

necessário, assim, a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

k. Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais da CETESB, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

04 Aplicações Financeiras

	2010	2009
Livres	23.422	21.352
Vinculadas a Convênios	28.666	25.330
	52.088	46.682

05 Parcelamentos a Receber

	Circulante		Realizável a Longo Prazo	
	2010	2009	2010	2009
Multas Fontes Móveis	10.160	9.677	335	289
Multas Fontes Estacionárias	6.757	4.345	5.029	2.567
Licenças Instalação/Func.	14	105	-	-
Assistência Médica	95	68	317	205
Outros	28	47	-	-
Prov. Créd. Liquidação Duvid.	(6.469)	(9.617)	-	-
Atualização Legal	166	261	-	-
	10.751	4.886	5.681	3.061

06 Imobilizado

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.		2010		2009	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	14.849	-	14.849	14.849		
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	43.899	13.580	30.319	30.003	30.003
Rede Telemétrica	10	5.025	4.858	167	286	286
Máquinas e equipamentos	10	51.243	26.874	24.369	16.864	16.864
Móveis e utensílios	10	5.493	3.616	1.877	1.654	1.654
Veículos e embarcações	20 e 5	9.315	8.588	727	1.794	1.794
Microcomputadores e periféricos	20	9.069	6.466	2.603	2.936	2.936
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	921	921	-	-	-
Benfeitorias em propriedade terc.	20	4.751	1.812	2.939	2.253	2.253
Imobilizações em andamento		9.784	-	9.784	9.404	9.404
Outros	4	967	101	866	869	869
Total	155.316	66.816	88.500	80.912		

b. Movimentação do Custo

	2009		2010	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.849	-	-	14.849
Edifícios e instalações	41.864	2.092	57	43.899
Rede Telemétrica	5.025	-	-	5.025
Máquinas e equipamentos	41.044	10.814	615	51.243
Móveis e utensílios	4.992	538	37	5.493
Veículos e embarcações	9.591	-	276	9.315
Microcomputadores e periféricos	8.743	661	335	9.069
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	-	-	921
Benfeitorias em propriedade terc.	3.926	828	3	4.751
Imobilizações em andamento	9.404	380	-	9.784
Outros	967	-	-	967
Total	141.326	15.313	1.323	155.316

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2010 foi realizado contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 mil em 2009).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Receita Líquida de Serviços e Vendas		
Subvenção de Custeio	163.042	169.559
Exercício do Poder de Polícia Delegado	150.146	120.177
Venda de Serviços e Produtos	4.740	3.311
	317.928	293.047
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	(206.448)	(177.538)
Lucro Bruto	111.480	115.509
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(81.630)	(104.064)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(3.564)	(836)
	(85.194)	(104.900)
Lucro Operacional antes dos Encargos Financeiros e Variações Monetárias	26.286	10.609
Encargos Financeiros Líquidos		
Despesas Financeiras	(495)	(361)
Receitas Financeiras	2.521	3.941
	2.026	3.580
Variações Monetárias		
Passivas	(781)	(480)
Ativas - Exercício do Poder de Polícia Delegado	20.042	10.986
Ativas - Outras	1.350	3.366
	20.611	13.872
Lucro Líquido do Exercício	48.923	28.061
Resultados Líquidos Atribuíveis		
Participação de Sócios não Controladores	1	1
Detentores do Capital Próprio da Empresa	48.922	28.060
	48.923	28.061

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	48.923	28.061
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação	7.540	7.052
Depreciação Intangível	184	232
Realização Reserva de Reavaliação	75	75
Subtotal	56.722	35.420
Variações no Ativo Circulante		
Clientes	235	158
Adiantamentos a Empregados	108	43
Impostos a Recuperar	4	(82)
Parcelamentos a Receber	(5.864)	2.413
Valores a Receber - Dívida Ativa	(17.779)	(1.202)
Outras Contas a Receber	6.165	(126)
Estoques	401	(118)
Despesas Exercício Seguinte	5	187
Subtotal	(16.725)	1.273
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	(345)	1.943
Salários e Remunerações a Pagar	734	413
Impostos e Contribuições a Recolher	500	533
Reclamações Trabalhistas	(1.710)	(12.630)
Contas a Pagar	(2.681)	(691)
Adiantamentos a Convênios	7.010	11.274
Adiantamentos de Clientes	419	(26)
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos	1.632	(452)
Provisão para Contingências Trabalhistas	(1.260)	(9.278)
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	588	266
Subtotal	4.887	(8.648)
Total das Atividades Operacionais	44.884	28.045
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(15.313)	(7.753)
Aquisição de Investimentos	2	0
Aquisição de Intangíveis	(198)	(216)
No Realizável de Longo Prazo	23.072	(14.516)
Exigíveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	6.056	9.925
Total das Atividades de Investimento	13.619	(12.560)
Atividades de Financiamento		
Recursos destinados a Aumento de Capital	-	2.000
Bens recebidos em Doação	2.263	1.382
Realizáveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante	(41.587)	(12.423)
Recursos obtidos de Longo Prazo	(12.188)	(19.752)
Baixas do Ativo Permanente	183	189
Total das Atividades de Financiamento	(51.329)	(28.604)
Total dos Efeitos no Caixa	7.174	(13.119)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.061	61.180
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	55.235	48.061
Variação no Caixa	7.174	(13.119)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

07 Intangível

a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.		2010		2009	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Software	20	3.174	2.670	505	491	491
Total	3.174	2.670	505	491		

b. Movimentação do Custo

	2009		2010	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	2.976	198	-	3.174
Total	2.976	198	-	3.174

08 Impostos e Contribuições a Recolher

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2010	2009	2010	2009



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

b) A movimentação da provisão no exercício de 2010 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	17.922
Adições	2.666
Baixas	(3.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>17.250</u>

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Das perdas prováveis, o principal processo consiste na correção monetária por atraso de pagamento.

- Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2010	2009
Cíveis	5.767	4.752
Trabalhistas	12.487	14.700
	<u>18.254</u>	<u>19.452</u>

11 Reclamação Trabalhista Acordada

A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) - Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão.

Estando o Processo em fase de execução.

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2010	2009	2010	2009
SINTIUS	10.045	30.818	9.032	14.010
(-) pagamentos efetuados	(1.710)	(20.773)	-	-
Saldo	<u>8.335</u>	<u>10.045</u>	<u>9.032</u>	<u>14.010</u>

12 Patrimônio Líquido

a. O capital social está representado por 4.633.717.397 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.

b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.

13 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

15 Adequação às novas Normas Contábeis e reflexos nas Demonstrações Contábeis

A CETESB sempre observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's - Comitês de Pronunciamentos Contábeis, ICPC's - Instruções dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e OCPC's - Orientações dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir do exercício de 2008. De todas as adequações realizadas, cabe destacar

os seguintes CPC's:

CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos - A CETESB entende que não se enquadra na exigência/obrigatoriedade do teste de impairment, dada as suas características peculiares no uso de seus bens patrimoniais que não tem finalidade comercial, conforme ressaltado no Relatório da Administração, tendo unicamente a finalidade de prestação de serviços públicos. Registre-se que os bens patrimoniais da CETESB, após o fim de sua utilização, não são comercializados e seu destino deve, por determinação do Decreto nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, do Relatório à Diretoria 148/97/A de 02/11/97 e da Política Institucional PI/AD-005 de Ativo Imobilizado, ser a doação para o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Desde a vigência da Lei nº 11.637/08, a CETESB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 - Ativo Intangível - A CETESB assume a mesma posição já apresentada no CPC 01, isto é, são bens que não estão sujeitos a transações mercantis.

CPC 16 - Estoques - Os estoques estão registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Com base na nota explicativa nº 10, a CETESB entende atender este Pronunciamento.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Foram implementadas neste exercício às adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Conforme apresentado no CPC 01, a CETESB por suas peculiaridades no uso de seus bens patrimoniais, que não tem finalidade mercantil, entende que a prática contábil atual está adequada a este CPC.

16 Demonstração do Resultado Abrangente

A CETESB não apresentou em suas operações e portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/10, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

17 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrando o lucro líquido do exercício, haja vista que apurou prejuízo fiscal e portanto o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é igual ao lucro líquido do exercício.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras - TGB - Auditores e Consultores, de 21/02/2011, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de

auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 03 de março de 2011.

DAVIDSON CAMPANELI
HENRIQUE SHIGUEMI NAKAGAKI
JOÃO EMILIO BUZZO
RITA JOYANOVIC
ROSILENE APARECIDA CHERON GENTILE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FRANCISCO GRAZIANO NETO
Presidente

CONSELHEIROS:
KOYU IHA
NEY LOPES DE SOUZA
NORBERTO ANTONIO BATISTA
OTAVIO OKANO

ROBERTO PENTEADO MASAGÃO
RUBENS EMIL CURY
SADALLA DOMINGOS
SONIA FRANCINE GASPAS MARMO

DIRETORIA

OTAVIO OKANO
Diretor-Presidente
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Tecnologia, Qualidade e Avaliação Ambiental
OTAVIO OKANO
Diretor de Licenciamento e Gestão Ambiental em exercício
SERGIO MEIRELLES CARVALHO
Diretor de Gestão Corporativa

ROSELI DE PAULA - Contadora - CRC - 1SP192207/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
 2RS003622/O-0 - "S" - SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
 1CRC/RS 065.932/O-7 - "S" - SP
 Responsável Técnica



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE





CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o presente relatório das atividades realizadas em 2010, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A CETESB, empresa da administração indireta do Estado de São Paulo, integrante do SEAQUA - Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção e Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais, criado pela Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, tem como missão "Promover a Melhoria e Garantir a Qualidade do Meio Ambiente no Estado de São Paulo, visando ao desenvolvimento social e econômico sustentável".

A promulgação da Lei Estadual nº 13.542 reorganizou o SEAQUA e ampliou as atribuições da CETESB, especialmente com a incorporação de competências relativas à aplicação da legislação florestal, à avaliação de impactos ambientais, à aplicação do zoneamento industrial metropolitano e à aplicação da legislação de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

Para atender a suas atribuições legais com esse novo perfil institucional, a CETESB conta com um quadro de 2.037 profissionais, sendo 1.238 de nível universitário/gerencial, 713 de nível médio (técnicos e administrativos) e 86 operacionais. Está organizada em 3 Diretorias e a Presidência, 56 Agências Ambientais distribuídas no território do Estado de São Paulo e 1 Setor de Atendimento Avançado (Poupatempo).

A CETESB manteve-se em 2010 como um dos 16 Centros de Referência da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões ambientais, uma das cinco instituições de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o abastecimento de água e saneamento, como órgão de referência e consultoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para questões relacionadas a resíduos perigosos na América Latina e Caribe, um dos três Centros Colaboradores da Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) na preparação de equipes de atendimento a emergências para casos de desastres, um dos doze Centros Regionais Nomeados para a Convenção de Estocolmo, nomeada para a região da América Latina e Caribe e membro da Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados, na qual exerceu a presidência de seu Comitê Gestor, desde sua fundação até o final de 2009.

Considerando o panorama de mudança institucional e de manutenção de sua excelência, é indispensável consignar que a análise das presentes demonstrações não pode e não deve ser efetuada à luz dos critérios de avaliação contábil tradicional, uma vez que a CETESB não exerce atividade eminentemente econômica.

Sua atuação é que permite que a atividade econômica possa ser desenvolvida de forma ambientalmente sustentável por todos os setores produtivos da sociedade, ao exigir que a produção econômica seja realizada em conformidade com a legislação ambiental, respeitando os recursos naturais e a saúde pública e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, caso fosse possível contabilizar a poupança de recursos públicos e privados decorrente das ações preventivas de controle ambiental desenvolvidas pela CETESB e das ações corretivas que minimizam custos com a manutenção da qualidade do meio ambiente, tudo isso aliado, ainda, à manutenção da saúde pública, o resultado dessas atividades certamente apresentaria um saldo extremamente positivo ao longo de todos os anos de sua existência.

No entanto, os benefícios econômicos e sociais, reflexo da atuação da CETESB, ainda que intangíveis, se dão também por meio de sua contribuição para a melhoria dos indicadores da saúde pública e pela redução dos índices de absenteísmo no trabalho por motivos de saúde relacionados à poluição e, ainda, pela preservação do patrimônio público e privado.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA CETESB EM 2010

A atuação da CETESB no ano de 2010, mais uma vez consolida a vocação que tem norteador sua atuação ao longo de sua existência: uma organização centrada na defesa da saúde pública e na proteção do meio ambiente, dotada de um corpo técnico e instrumentos administrativos e tecnológicos capazes de prevenir e controlar os problemas decorrentes da poluição ambiental e, assim, contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.

A Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e a CETEB trabalham, desde o início desta gestão, em 2007, com o planejamento de suas atividades baseado na priorização de ações explicitadas nos 21 Projetos Ambientais Estratégicos da SMA, que repercutem no cotidiano das ações da CETESB e foram incorporados ao planejamento das atividades da Companhia.

É importante ressaltar o caráter matricial dos Projetos Estratégicos, envolvendo técnicos de várias áreas da SMA, e também destacar a atuação da CETESB, especialmente nos projetos que têm a coordenação sob responsabilidade de profissionais da Companhia, caso dos projetos Licenciamento Unificado, Lixo Mínimo, Onda Limpa, Esgoto Tratado, Desmatamento Zero, Respira São Paulo e Aquíferos.

As atividades da CETESB fazem parte do Programa de Gestão e Controle da Qualidade Ambiental inserido no Plano Plurianual do Estado - PPA. O Plano contempla cinco linhas de ação, que organizarão a apresentação deste relatório: **a inspeção em fontes poluidoras do meio ambiente; o licenciamento ambiental; o atendimento às demandas públicas relativas à qualidade ambiental; a avaliação da qualidade ambiental; e o suporte técnico e administrativo às atividades da companhia.** Cada uma dessas linhas de atuação, nas suas principais atividades, passam a ser relatadas a seguir.

• Inspeção em Fontes Poluidoras do Meio Ambiente

Em 2010 foram realizadas **40.753** inspeções técnicas em fontes fixas de poluição. Em decorrência dessa ação, foram lavrados **7.397** autos de advertência e aplicadas **2.601** multas.

Em relação especificamente aos postos de combustíveis, a CETESB procedeu à convocação de cerca de 8.500 estabelecimentos visando ao seu licenciamento ambiental, conforme previsto pela Resolução CONAMA nº 273/2000. Considerando que uma parcela significativa dos postos convocados continuava inadimplente quanto ao licenciamento, apesar das ações administrativas executadas pelas agências ambientais, foram desencadeadas, no período de janeiro a dezembro de 2010, **dez** ações conjuntas no Estado de São Paulo, que objetivaram exercer uma fiscalização mais rigorosa sobre esses estabelecimentos. Em razão dessas ações, foram realizadas nesse período **5.453** vistorias e aplicadas **537** multas pontuais, **174** multas diárias e **57** interdições. Com a intensificação dessas ações mais de **1.100** postos concluíram seu processo de licenciamento.

No controle das fontes móveis de poluição do ar, foram lavradas cerca de **12.000** multas por emissão de fumaça preta acima do padrão legal. No desenvolvimento de sua atividade de agente técnico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA, para o gerenciamento conjunto dos principais programas de controle da poluição veicular no país, foram emitidos **517** pareceres técnicos.

Em 2010, foi dada continuidade ao desenvolvimento de um novo Inventário de Emissões das Fontes Estacionárias do Estado de São Paulo, baseado em um sistema informatizado que utiliza informações transmitidas pela Internet. Os dados apresentados pelas 1372 empresas convocadas para prestação de informações sobre a geração de emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos foram objeto de avaliação e consolidação, por meio das quais foram detectados os principais aspectos a serem aprimorados, em 2011, no sistema informatizado construído especificamente para essa finalidade, visando à obtenção de uma ferramenta de gestão de informações ambientais para a elaboração da base de um efetivo inventário de emissões de fontes estacionárias do Estado

• Licenciamento Ambiental

Em 2010 as ações de licenciamento ambiental de fontes de poluição e de atividades degradadoras de recursos naturais resultaram na emissão de **24.883** licenças, **1.212** autorizações para supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente, **4.822** Certificados de Dispensa de Licenciamento e **2.033** Pareceres Técnicos.

Nos processos de licenciamento instruídos com avaliação de impacto ambiental foram produzidos pareceres técnicos que subsidiaram a emissão de 165 Licenças Prévias, 112 Licenças de Instalação e 53 Licenças de Operação. Numericamente pequenas, essas avaliações tratam de projetos de grande importância, como, por exemplo, novas unidades da indústria automobilística, a ampliação de unidades siderúrgicas, o plano que trata da ampliação da rede de dutos de combustíveis, as ampliações de unidades industriais de produção de açúcar, álcool e co-geração de energia e a ampliação do sistema metroviário.

Para o aprimoramento do processo de licenciamento, foi implantado o Sistema de Licenciamento Simplificado - SILIS, sistema informatizado via internet, baseado na certificação digital, por meio do qual empreendimentos de baixo potencial poluidor realizam o seu licenciamento ambiental utilizando o meio eletrônico remoto, dispensando o deslocamento dos interessados até uma Agência Ambiental. Com a adoção do SILIS o tempo médio total para o licenciamento de empreendimentos de baixo potencial poluidor pôde ser reduzido de 90 dias, em média, para até 15 dias. No decorrer de 2010, o sistema recebeu **4.697** solicitações, aproximadamente 13 por dia. Dessas solicitações, **4.071** foram atendidas com a emissão da licença, em um tempo médio de 11 dias, apesar de o compromisso da CETESB para emissão de licença por esse sistema ser de 15 dias.

• Atendimento às Demandas Públicas Relativas à Qualidade Ambiental

Uma das principais atividades desenvolvidas pela CETESB é o atendimento a demandas da comunidade relativas à qualidade ambiental. Dentre essas demandas destacam-se as discriminadas a seguir.

Atendimento a reclamações: atendimento a **17.391** reclamações relativas a fontes de poluição e **9.288** reclamações relativas à emissão de fumaça preta, sendo fornecidas informações quanto às questões ambientais e providenciados os encaminhamentos necessários.

Atendimento ao Ministério Público: foram atendidas **8.071** solicitações do Ministério Público relativas à área de atuação da CETESB.

Atendimento às emergências químicas: em 2010 a CETESB atendeu a **461** ocorrências com produtos químicos, além de desenvolver diversas atividades para evitar e/ou minimizar os impactos ambientais e os riscos à saúde pública causados por acidentes ambientais.

Ações articuladas com municípios: durante o ano de 2010, várias ações foram desenvolvidas para o compartilhamento do licenciamento e fiscalização ambientais com os municípios, envolvendo treinamentos para capacitação dos técnicos de prefeituras.

O objetivo é o de aumentar o número de municípios paulistas envolvidos com a gestão e o licenciamento das fontes de poluição e das atividades geradoras de impacto ambiental local.

Em 2010 a gestão compartilhada contava com **25** municípios já emitindo licenças (Americana, Araraquara, Atibaia, Bertogiã, Campinas, Caraguatatuba, Colina, Guarulhos, Hortolândia, Igaratá, Itaquaquecetuba, Lins, Lorena, Martinópolis, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São Carlos, São Vicente, Sertãozinho, Tatuí e Valinhos).

Além dessas municipalidades, firmaram convênio com o mesmo objetivo e encontram-se prestes a iniciar os primeiros licenciamentos as prefeituras de Barretos, Borborema, Cajamar, Descalvado, Franca, Indaiatuba, Itatiba, Louveira, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Monte Mor, Osvaldo Cruz, Olímpia, Piracicaba, São Bernardo do Campo, Sorocaba e Votorantim. Durante o ano de 2010 foram oferecidos treinamentos para os municípios interessados na gestão ambiental compartilhada. Essas atividades de capacitação no licenciamento e fiscalização ambiental atenderam **25** municípios em **20** treinamentos, totalizando **542** técnicos municipais treinados.

Ações articuladas com outras instituições: com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade ambiental do Estado, por meio do fortalecimento técnico e institucional dos Municípios e outras instituições, a CETESB desenvolve uma série de atividades destinadas ao apoio técnico para elaboração de projetos no âmbito das questões ambientais, destacando-se as atividades para a disseminação de conceitos e a promoção da adoção de medidas de produção mais limpa (P2/P+L), e o suporte às ações dos programas estaduais PROCLIMA - Programa Estadual de Mudanças Climáticas, e PROZONESP - Programa Estadual de Prevenção à Destruição da Camada de Ozônio.

A CETESB também mantém convênios com o Banco Mundial, o PNUD, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Governo Britânico para a realização de estudos e serviços relacionados à emissão de gases de efeito estufa, como a elaboração do Relatório de Referência das emissões nacionais de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes dos anos de 1990 a 2005, a coordenação de uma rede nacional de inventário de gases de efeito estufa, a elaboração de um cenário nacional das emissões de gases de efeito estufa pelo tratamento de resíduos e efluentes para o ano de 2030, o fomento ao uso energético do biogás, o fomento aos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, a elaboração do inventário das fontes e sumidouros de gases de efeito estufa de todas as atividades da economia do Estado de São Paulo e o apoio ao Governo Federal para a implementação das medidas de banimento das substâncias que destroem a camada de Ozônio.

Na condição de Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, a CETESB analisou, aprovou, gerenciou e acompanhou a implantação de projetos relacionados com a coleta e o tratamento de esgotos, a disposição de resíduos sólidos domésticos, a qualidade de águas, solo e vegetação, bem como de conservação ambiental. As atividades de análise de projetos visando à contratação de financiamento resultaram na aprovação de cerca de **R\$ 45 milhões**.

Como Agente Técnico e Secretária Executiva do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, executou em 2010 os procedimentos administrativos para 265 novos financiamentos não reembolsáveis, no valor aproximado de **R\$ 52 milhões** para municípios do Estado de São Paulo.

O FECOP também apoia o Projeto Capacitação Técnica para a CETESB/SMA, tendo proporcionado **200** treinamentos nacionais e **19** internacionais, a vinda de **15** consultores nacionais e **8** internacionais, **28** representações institucionais e o apoio à realização de 3 seminários.

O Programa de Controle de Poluição (PROCOP) tem como objetivo auxiliar no controle e prevenção da poluição ambiental por meio de uma linha específica de financiamento (Programa de Financiamento ao Controle - PFC), além de apoiar a capacitação técnica e operacional da instituição (Programa de Assistência Técnica - PAT). No escopo do PAT estão sendo desenvolvidos os projetos "Processo de Qualidade Total" e "Levantamento da Contaminação Ambiental do Sistema Estuarino de Santos e São Vicente".

Por meio das Câmaras Ambientais, colegiados de caráter consultivo da SMA, constituídos no âmbito da CETESB, tem-se buscado promover a melhoria da qualidade ambiental pela permanente interação entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do Estado de São Paulo. Atualmente são 15 Câmaras Ambientais em atividade, produzindo normas técnicas, procedimentos, eventos e treinamentos, entre os quais merecem destaque:

- Guia Técnico Ambiental da Indústria Têxtil - Série P-L;
- Procedimento para Avaliação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transporte;
- Roteiro para Execução de Investigação Detalhada e Elaboração de Plano de Intervenção em Postos e Sistemas Retalhistas de Combustíveis;
- Termo de Referência para Elaboração do Plano de Monitoramento de Emissões Atmosféricas da Indústria Cítrica;
- Divulgação do tema Mudanças Climáticas a diversos setores produtivos;
- Programa de Implementação de Gerenciamento de Áreas Contaminadas com Base no Risco - PIA.

Transferência de conhecimento/tecnologia ambiental: em 2010 foram oferecidos **93** cursos para o público externo, incluindo 31 que contaram com a participação dos funcionários da CETESB, nas seguintes modalidades: cursos de curta duração e treinamentos práticos especializados, abertos e *in company*. Houve participação de **1.912** profissionais externos, incluindo 373 de outros estados brasileiros e 12 de outros países.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

Análises Ambientais: o Laboratório de Dioxinas e Furanos, inaugurado em 2009, validou as metodologias para determinação desses poluentes orgânicos persistentes, listados na Convenção de Estocolmo, em cinzas, solos e sedimentos.

Foram realizadas **22.381** coletas de amostras de diversas matrizes ambientais (água, efluentes domésticos e industriais, resíduos, solo e ar) para análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas.

Avaliação da qualidade do ar: importante instrumento de suporte das ações preventivas e corretivas de controle de poluição do ar, que impedem a degradação ambiental, o monitoramento da qualidade do ar foi executado por meio da operação e manutenção de uma rede de monitoramento contínuo e automático da qualidade do ar com **40** estações fixas, sendo **20** na RMSP, **3** em Cubatão, **17** no interior do Estado e **3** estações móveis. Os boletins diários de qualidade do ar foram divulgados pelo site da CETESB na internet e pela imprensa falada e escrita. Foi também mantida em funcionamento, em **22** cidades do interior, a rede manual de avaliação da qualidade do ar e intensificado o uso de bioindicadores, especificamente para fluoretos e ozônio, como ferramenta de apoio para avaliação da qualidade do ar.

Os gráficos a seguir mostram como a qualidade do ar se comportou ao longo dos últimos 10 anos, até 2009, tendo em vista que o tratamento dos dados referentes a 2010 ainda não foi concluído. Pela análise dos gráficos pode-se perceber uma tendência de queda na concentração das partículas inaláveis (figura 1), dióxido de enxofre (figura 2) e monóxido de carbono (figura 3) na maioria dos locais monitorados pela CETESB. Essas constatações são importantes para direcionar e conduzir novas ações de gestão ambiental. Com relação ao ozônio (figura 4), não há ainda uma tendência definida.

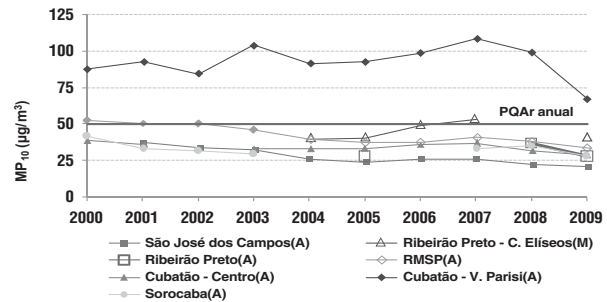


Figura 1 - Evolução da concentração de partículas inaláveis (MP10) na RMSP e interior e litoral comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr)

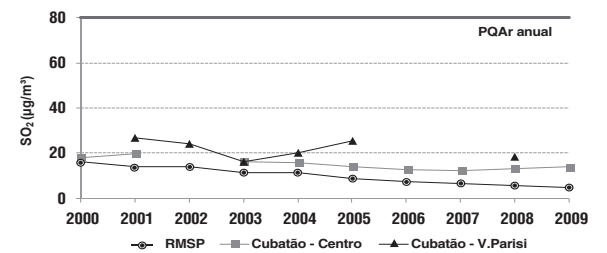


Figura 2 - Evolução da concentração de dióxido de enxofre (SO2) na RMSP e Cubatão comparada ao Padrão de Qualidade do Ar (PQAr).

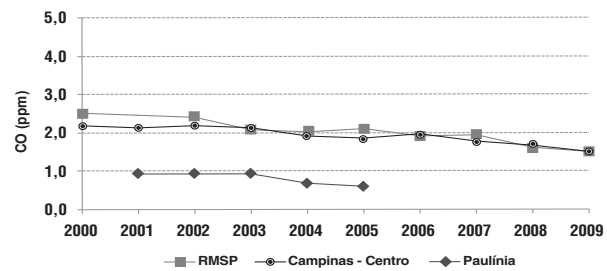


Figura 3 - Evolução da concentração de monóxido de carbono (CO) na RMSP, Campinas e Paulínia

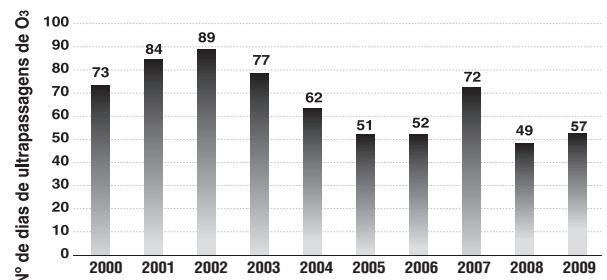


Figura 4 - Evolução do número de dias com ultrapassagem do Padrão de Qualidade do Ar (PQAr) para o ozônio na RMSP

Avaliação da qualidade das águas superficiais

Águas interiores (rios, lagos e sedimentos): a rede de monitoramento tem sido continuamente aprimorada nos últimos anos. Eram 132 pontos em 1995 e em 2010 foram **412** (incluindo 13 pontos da rede automática de qualidade da água das Bacias do Alto e Médio Tietê).

A CETESB é uma das poucas Agências Ambientais do Brasil a operar uma rede de sedimentos em corpos d'água, o que é particularmente importante para avaliar a presença de compostos tóxicos persistentes. Atualmente são 21 pontos, nos quais são analisados até 57 parâmetros físico-químicos, hidrobiológicos e ecotoxicológicos.

O gráfico a seguir mostra que a distribuição do Índice de Qualidade das Águas (IQA) dos corpos d'água monitorados pela CETESB manteve-se inalterada de 2004 a 2009, ao mesmo tempo em que se observou um incremento da população no Estado de aproximadamente 1 milhão e 500 mil habitantes. Nesse período, houve aumento na porcentagem de tratamento de esgotos no Estado passando de 39% para 49%. Portanto, o investimento em saneamento, associado às ações de controle da CETESB, possibilitou a manutenção da qualidade das águas superficiais no período considerado.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

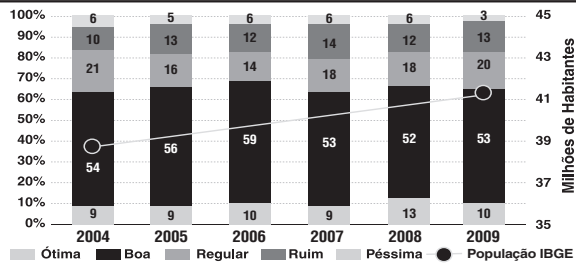


Figura 5 - Evolução do Índice de Qualidade das Águas (IQA) e a população no Estado de São Paulo (2004-2009). O ICTEM - Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município, que acompanha e avalia a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto evoluiu de um ICTEM médio de 4,5 em dezembro de 2008 para 5,0 no final de 2010, ressaltando-se a redução de 158 para 106 o número de municípios sem nenhum sistema de tratamento.

Balneabilidade das praias: foram monitorados 30 pontos em praias interiores e 156 pontos em 137 praias de alta frequência de turistas no litoral do Estado, abrangendo 15 municípios, perfazendo, em média, 1 ponto de amostragem a cada 1,5 km de praia. Foram emitidos, semanalmente, boletins de balneabilidade das praias litorâneas e divulgados à população por meio da imprensa falada e escrita, pelo site da CETESB na internet, ou em outros sites de diversos provedores e órgãos por meio de convênios.

Qualidade das águas costeiras: Em 2010 iniciou-se o monitoramento da qualidade das águas costeiras com 57 pontos de amostragem distribuídos ao longo de todo o litoral do Estado de São Paulo.

Avaliação da qualidade do solo e das águas subterrâneas

Águas subterrâneas: a rede de monitoramento de qualidade tem sido continuamente aprimorada nos últimos anos. Com início de operação em 1990 a rede passou de 4 pontos de amostragem a 240 pontos em 2010 (figura 6). A qualidade das águas subterrâneas no Estado de São Paulo tem sido avaliada por meio da realização de amostragem semestral, principalmente de poços de abastecimento público distribuídos em 7 aquíferos e 20 UGRHs (Unidade de Gestão de Recursos Hídricos), para monitoramento de mais de 40 parâmetros físicos, químicos e microbiológicos (figura 7).

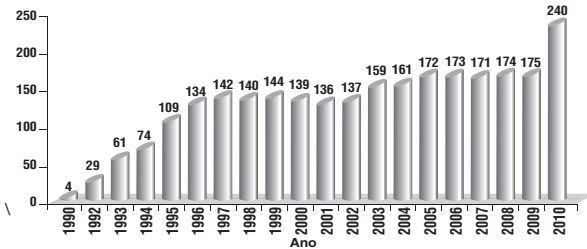


Figura 6 - Evolução do número de pontos da Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas

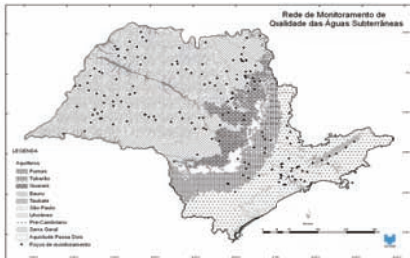


Figura 7 - Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas. Os resultados do monitoramento foram sintetizados, definindo o Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas - IPAS, para as águas brutas para os anos de 2007 a 2009 (Tabela 1), publicados no último relatório trienal, em 2010, e disponível para o público na página CETESB na internet.

Tabela 1 - Indicador de Potabilidade das Águas Subterrâneas - IPAS para os anos 2007, 2008 e 2009, por UGRHI.

UGRHI	2007		2008		2009	
	IPAS	Parâmetros Desconformes	IPAS	Parâmetros Desconformes	IPAS	Parâmetros Desconformes
2	62,5	bário, ferro, manganês	78,6	ferro, manganês	62,5	ferro, manganês, bactérias heterotróficas, coliformes totais
4	91,7	manganês, bactérias heterotróficas	90,9	alumínio	90,9	alumínio, manganês
5	79,2	fluoreto, manganês, coliformes totais	70,8	fluoreto, manganês, bactérias heterotróficas, coliformes totais	75,0	fluoreto, manganês, coliformes totais
6	62,2	alumínio, crômio, ferro, fluoreto, manganês, nitrato, coliformes totais, bactérias heterotróficas	56,3	alumínio, chumbo, ferro, fluoreto, manganês, nitrato, bactérias heterotróficas e coliformes totais	79,5	alumínio, ferro, fluoreto, manganês, nitrato, bactérias heterotróficas, coliformes totais
8	100,0	-	100,0	-	91,7	bactérias heterotróficas
9	82,6	ferro, manganês, coliformes totais	83,3	ferro, bactérias heterotróficas, coliformes totais	87,5	bactérias heterotróficas, coliformes totais, Escherichia coli
10	65,0	arsênio, fluoreto, manganês, sódio, bactérias heterotróficas	78,9	arsênio, manganês, nitrogênio amoniacal, sódio, bactérias heterotróficas	65,0	arsênio, ferro, fluoreto, manganês, sódio, bactérias heterotróficas
12	100,0	-	100,0	-	87,5	bactérias heterotróficas
13	81,5	alumínio	84,0	bactérias heterotróficas	85,7	bactérias heterotróficas
14	62,5	alumínio, coliformes totais	85,7	nitrogênio amoniacal	100,0	-
15	80,0	alumínio, ferro	100,0	-	100,0	-
16	84,6	crômio, coliformes totais	81,8	crômio, bactérias heterotróficas	75,0	crômio, ferro, nitrato
17	100,0	-	83,3	bário	100,0	-
18	76,5	crômio	50,0	crômio, nitrato	62,5	crômio, Escherichia coli
19	83,3	nitrato	75,0	nitrato, coliformes totais, bactérias heterotróficas	58,3	nitrato, coliformes totais
20	71,4	alumínio, bário, nitrato, coliformes totais	92,9	bário, crômio, coliformes totais	81,5	bário, nitrato, coliformes totais
21	73,1	crômio, nitrato, coliformes totais	69,2	crômio, coliformes totais	65,4	crômio, nitrato, bactérias heterotróficas
22	90,0	alumínio, coliformes totais	90,0	Ferro	100,0	-
Estado de São Paulo	77,7		79,7		80,1	

UGRHI - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Qualidade: 0 a 33 - Ruim ; 33.1 a 67 - Regular; e 67.1 a 100 - Boa.

Nos últimos anos a implementação de uma Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade das Águas Subterrâneas tem sido conduzida pelos órgãos gestores de qualidade e quantidade, CETESB e DAEE, com apoio de outras instituições no âmbito do Projeto Ambiental Estratégico - PAE Aquíferos, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Com recursos financeiros do FEHIDRO foram construídos 21 piezômetros com profundidade média de 40 metros, dedicados ao monitoramento dos aquíferos livres (Figura 8). O monitoramento dos parâmetros de qualidade é realizado com frequência semestral enquanto o nível d'água (quantidade) é monitorado diariamente.

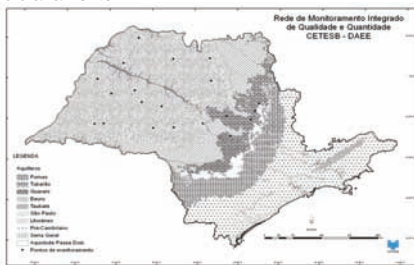


Figura 8 - Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade das Águas Subterrâneas - CETESB - DAEE

Solos: a qualidade dos solos tem sido avaliada por projetos de detalhamento da condição de qualidade do solo em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Atualmente está em desenvolvimento o projeto da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - UGRHI 5, no qual já foram amostrados 90 pontos, com a realização de análises de mais de 80 parâmetros inorgânicos, orgânicos e de fertilidade em cada amostra.

Resíduos Sólidos Domiciliares: a ação de controle exercida pela CETESB, ao lado das iniciativas desencadeadas pelos projetos Lixo Mínimo e Município Verde Azul, possibilitaram a redução do número de aterros inadequados no Estado, passando de 143 no início de 2007, para 37 no final de 2010. Os dados completos sobre este trabalho estão disponíveis no site da CETESB, junto com o inventário de resíduos domiciliares de 2010. Destaca-se que esse resultado se deve não somente às ações de controle, mas também às ações de capacitação dos gestores municipais para melhor operação dos aterros sanitários, atividade que compreendeu todos os municípios do Estado.

Áreas Contaminadas: de acordo com os dados disponíveis do inventário de áreas contaminadas no Estado de São Paulo, foram identificadas, até novembro 2009, 2.904 áreas registradas, das quais 110 encontram-se reabilitadas, 819 em processo de monitoramento para reabilitação, 1.396 contaminadas e 579 contaminadas sob investigação. Dentre essas áreas, 8 foram consideradas críticas, passando a ter um processo de gestão diferenciado pela CETESB.

A cooperação técnica com outros órgãos do Estado de São Paulo, com municípios, com órgãos ambientais de outros estados e com outros países

em assuntos relacionados ao gerenciamento de áreas contaminadas é outra atividade que merece ser apontada.

Suporte Técnico e Administrativo às Atividades da Companhia

Desenvolvimento e capacitação profissional: objetivando potencializar sua capacidade de atuação e a atualização de seu quadro de pessoal, foram oferecidas 2.981 oportunidades de capacitação, na sede da empresa e no interior, por meio de 140 cursos organizados pela CETESB em diversas modalidades: cursos de curta duração, cursos rápidos após o expediente, oficinas de trabalho, visitas a campo, cursos de informática. Os funcionários também participaram de cursos externos, congressos, seminários e outros eventos, nacionais e internacionais, sendo 265 treinamentos nacionais e 13 internacionais. Houve participação de 45 empregados em programas de pós graduação lato e stricto sensu. No total, foram 3.291 capacitações, que representam o maior esforço de atualização do quadro profissional já realizado pela empresa. Somando-se os treinamentos do público externo, atingiu-se a marca de 5.203 treinamentos.

Desenvolvimento e gestão da qualidade: o Programa de Qualidade e Produtividade da CETESB manteve as Certificações de Qualidade do Setor de Operações de Emergência, Setor de Transferência de Conhecimento Ambiental, Agência Ambiental de Bauru e Setor de Análise de Riscos pela Norma ABNT NBR ISO 9001:2000, concedidas pela Certificadora alemã Germanischer Lloyd Industrial Services do Brasil. O Programa manteve a acreditação de 17 laboratórios (ensaios laboratoriais e veiculares), pela Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, por meio da realização de auditorias do Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO e de análises críticas do Sistema de Gestão da Qualidade do Programa de Qualidade e Produtividade. Promoveu também avaliações de desempenho por meio de ensaios de proficiência.

Ações de Suporte e Desenvolvimento: foram realizadas 310.625 análises físico-químicas, microbiológicas, parasitológicas, hidrobiológicas e toxicológicas, atendendo solicitações de órgãos oficiais de saneamento, saúde pública, prefeituras municipais, Ministério Público, indústrias e clientes particulares, bem como para fornecer subsídios e apoio técnico ao licenciamento e fiscalização e aos diversos programas desenvolvidos na CETESB.

Cooperação técnico científica nacional e internacional: em continuidade de suas ações e seguindo a tendência global, a CETESB incentiva a Cooperação Internacional a fim de possibilitar o intercâmbio científico e tecnológico, a captação de recursos para projetos ambientais e a integração com parceiros que trabalham pela qualidade de vida no planeta com o objetivo comum do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, em 2010 manteve projetos de cooperação Internacional com as seguintes instituições: Ministério de Meio Ambiente - Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA; Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos - EPA; Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, Agência de Comércio dos Estados Unidos (TDA) e a Agência Federal da Alemanha (UBA). Dentre os vários projetos em desenvolvimento, vale ressaltar:

- Banco Mundial - BIRD - Estudo de Caso de Baixo Carbono no Brasil
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA para o

desenvolvimento e operação de uma Rede de Informação e Capacitação em Consumo e Produção Sustentável para América Latina e Caribe;

- Definição como centro nomeado da Convenção de Estocolmo das Nações Unidas para a América Latina para Poluentes Orgânicos Persistentes POP's;
- Apoio à Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (NRG4SD) e à Rede Latino Americana de Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados;

- Contrato de Cooperação nº 020/2008 AFCCO, entre o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido e a CETESB, com vistas à implementação do Projeto Apoio à Política Climática do Estado de São Paulo;
- Protocolo de Intenções com UNESP - Universidade Estadual Paulista, a USP - Universidade de São Paulo, a UW - University of Waterloo, a UofGUELPH - University of Guelph e a ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, objetivando a conjugação de esforços entre as instituições, visando à promoção de um Termo de Cooperação como forma de fortalecer e promover o avanço da educação científica e tecnológica, com ênfase para as áreas relacionadas à hidrologia, qualidade de solo e águas subterrâneas, avaliação e remediação de locais contaminados, gestão e regulamentação de áreas contaminadas;

- Protocolo de Intenções com o Centro de Estudos em Sustentabilidade - GVces da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV-EAESP para modelagem do processo do Registro Público de Emissões nos termos da Política Estadual de Mudanças Climáticas;
- Memorando de Entendimento com o Centro Regional da Convenção de Estocolmo - Laboratório Tecnológico do Uruguai - LATU implementação do Plano de Monitoramento Global de POP's para a América Latina e Caribe nas matrizes de ar, leite materno e sangue humano para os países da Região: Antígua e Barbados, Brasil, Chile, Equador, Jamaica, México, Peru e Uruguai;

- Acordo de Cooperação com a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos - USTDA no âmbito da Assistência Técnica para Definição de Cargas e Vazões Específicas para Atividades Industriais no Estado de São Paulo, Associadas a Programas de Produção Mais Limpa;
- Termo de Cooperação com a JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão para atividades diversas, com destaque para o Programa de Treinamento para Terceiros Países - TCTP.

Destaque-se ainda que, em reconhecimento à especialização e atuação da CETESB na prevenção e resposta aos casos de acidentes com produtos químicos, a OPAS - Organização Pan Americana da Saúde e a OMS - Organização Mundial da Saúde revalidaram em 2010 a CETESB como Centro Colaborador na Prevenção de Emergências em Casos de Desastre para, na qualidade de disseminador de conhecimento, cumprir uma das missões da OPAS/OMS no que tange à transferência de tecnologia a instituições de países da América Latina e Caribe.

Recursos humanos: aprovação para implantação de melhorias no Plano de Carreira; reestruturação do quadro de pessoal com a extinção de cargos relacionados à atividade meio, como por exemplo cargos de confiança/livre provimento/ad nutum e a criação de cargos permanentes, preenchidos somente por concurso público, relacionados à atividade fim; manutenção dos programas de Integração de Novos Funcionários, Estágios de Nível Técnico, Graduação, Pós Graduação e APAE, Aprendiz e de Prevenção de Riscos Ambientais.

Planejamento estratégico das Agências descentralizadas: Em 2010 foi concluído o planejamento estratégico das 56 agências da CETESB, sendo 47 realizados em 2009 e 9 em 2010. O planejamento estabeleceu as prioridades de cada uma delas, assim como as estratégias de enfrentamento dos principais problemas ambientais da região de sua atuação, à luz das prioridades estabelecidas nos Projetos Ambientais Estratégicos da SMA.

Gestão Financeira

No ano de 2010 a CETESB conseguiu uma recuperação parcial das perdas do ano anterior, que foi afetado pela crise financeira mundial de 2008/2009. Esta recuperação só não foi completa porque a instalação de novos empreendimentos, que necessitam de licenças ambientais, não foi retomada na velocidade esperada. Com isso, as receitas auferidas com o sistema de licenciamento ambiental ficaram abaixo do previsto. Em compensação, os demais ingressos de recursos, especialmente a arrecadação de multas ambientais, superaram as expectativas, fazendo com que o resultado final fosse positivo.

A CETESB intensificou as ações de cobrança, especialmente com relação às multas ambientais de fontes estacionárias, efetuando cobranças, oferecendo oportunidades de parcelamento, inscrevendo na dívida ativa do Estado ou no CADIN Estadual. De igual forma, ajustou os preços de seus produtos e serviços, como forma de garantir recursos para os investimentos necessários à manutenção de seus laboratórios e à implementação do projeto do *Licenciamento Ambiental Unificado*.

Execução Financeira

Composição dos Ingressos

A participação dos recursos do Tesouro do Estado na composição dos ingressos de recursos diminuiu consideravelmente ao longo dos anos, observando-se que, em 1995, esta participação era de 88%, enquanto que em 2010, a participação foi de 49,7%.

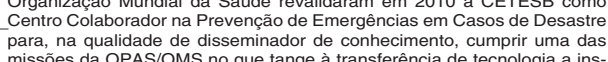


Figura 9 - Composição dos ingressos (valores atualizados para Dez/10 pelo IPC-Fipe)

Composição dos desembolsos

Quanto aos desembolsos, observa-se que as despesas de Pessoal e Reflexos, têm se mantido quase constantes nos últimos anos, apesar dos reajustes salariais anuais concedidos e do custo adicional resultante da implantação do Plano de Carreira, ocorrida em 2009.

Registre-se que a constante redução das despesas de custeio que vinha ocorrendo nos últimos anos foi interrompida com a implantação do projeto *Licenciamento Ambiental Unificado*, que ampliou de 35 para 56 Agências Ambientais.

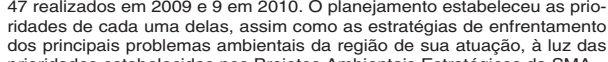


Figura 10 - Despesas de custeio (valores atualizados para Dez/10 pelo IPC-Fipe)

Os resultados apresentados no presente Relatório permitem constatar que a CETESB manteve-se dentro dos objetivos da sua missão institucional, reafirmando seus compromissos de promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento social e econômico sustentável do Estado de São Paulo.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de Reais)

Ativo	2010	2009	Passivo e Patrimônio Líquido	2010	2009
Circulante	97.087	73.187	Circulante	104.273	99.386
Caixa	14	11	Fornecedores	5.394	5.739
Bancos	3.133	1.368	Salários e Remunerações a Pagar	6.336	5.601
Aplicações Financeiras (nota 04)	52.088	46.682	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)	12.159	11.659
Clientes	300	535	Reclamações Trabalhistas (nota 11)	8.335	10.045
Adiantamentos a Empregados	1.287	1.396	Adiantamentos de Convênios	22.823	15.813
Impostos a Recuperar	135	139	Adiantamentos de Clientes	839	421
Parcelamentos a Receber (nota 05)	10.751	4.886	Prov. p/Férias, Lic. Prêmio e Encargos	25.302	23.670
Valores a Receber - Dívida Ativa	27.917	10.137	Outras Contas a Pagar	5.835	8.516
Outras Contas a Receber	167	6.331	Provisão para Contingências		
Estoques	1.176	1.577	Trabalhistas (nota 10)	13.739	14.999
Despesas Exercício Seguinte	119	125	Provisão para Proc. Cíveis/Fiscais (nota 10)	3.511	2.923
Não Circulante	424.227	398.111	Não Circulante	13.455	19.587
Realizável a Longo Prazo	335.214	316.698	Exigível a Longo Prazo		
Empréstimo Compulsório FND - DL 2288	1.025	988	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 08)	2.274	3.353
Adiantamentos a Empregados	1.964	1.863	Impostos Reservas de Reavaliação (nota 08)	2.149	2.224
Parcelamentos a Receber (nota 05)	5.681	3.061	Reclamações Trabalhistas (nota 11)	9.032	14.010
Valores a Receber - Dívida Ativa	326.333	310.687	Patrimônio Líquido	403.586	352.325
Impostos a Recuperar	211	99	Capital Social (nota 12a)	139.012	134.829
Investimentos	8	10	Adiantamentos para Aumento de Capital	2.487	6.670
Imobilizado (nota 06)	88.500	80.912	Reservas de Capital	11.849	9.586
Intangível (nota 07)	505	491	Reservas de Reavaliação	21.297	21.534
Total	521.314	471.298	Reservas de Lucros a Realizar (nota 12b)	228.941	179.706
			Total	521.314	471.298

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiant. p/ Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	134.829	4.670	8.204	21.771	151.333	-	320.807
Créditos do Governo do Estado	-	2.000	-	-	-	-	2.000
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	1.382	-	-	-	1.382
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	28.061	28.061
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	1.419	(1.419)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	26.954	(26.954)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	134.829	6.670	9.586	21.534	179.706	-	352.325
Créditos do Governo do Estado	4.183	(4.183)	-	-	-	-	-
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	(237)	-	312	75
Bens Recebidos em Doação	-	-	2.263	-	-	-	2.263
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	48.923	48.923
Apropriação do Resultado do Exercício:							
Reserva Legal	-	-	-	-	2.462	(2.462)	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	46.773	(46.773)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	139.012	2.487	11.849	21.297	228.941	-	403.586

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores em milhares de Reais)

01 Contexto Operacional
A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP, empresa de economia mista constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/09, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.

02 Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis, com base na Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores - Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.
Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

03 Práticas Contábeis
a. Apuração do Resultado
As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
b. Aplicações Financeiras
Os valores aplicados são acrescidos dos rendimentos financeiros proporcionais até a data do balanço.
c. Estoques
Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.
d. Investimentos
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.
e. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e acrescido de valores de reavaliação sobre imóveis, realizada no exercício de 2003.
A Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2003 como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados na mesma proporção em que os bens são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para lucros (prejuízos) acumulados quando os terrenos forem alienados.
As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.
f. Ativo Intangível - Programas de Computador (Softwares)
Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa descrita na Nota 7.
g. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos
As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.
h. Arrecadação de Multas
Os valores das multas aplicadas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados nas contas de compensação e são contabilizados como resultado quando do seu efetivo recebimento, parcelamento, repasse pelo Tesouro do Estado ou sua inscrição na dívida ativa do Estado.
i. Arrecadação de Licenças Ambientais
Os valores das licenças ambientais concedidas, decorrentes do exercício do poder de polícia delegado e abrangidos pelo princípio da imunidade tributária recíproca, estão registrados como resultado quando do seu efetivo recebimento ou parcelamento.
j. Imposto de Renda e Contribuição Social
A Companhia é optante pela tributação com base no lucro real, sendo que em 31/12/2010, o lucro líquido do exercício, ajustado pelas adições, exclusões e compensações de prejuízos fiscais de exercícios anteriores, transformou-se em um prejuízo fiscal, não sendo

necessário, assim, a constituição de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.
k. Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais da CETESB, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

04 Aplicações Financeiras

	2010	2009
Livres	23.422	21.352
Vinculadas a Convênios	28.666	25.330
	52.088	46.682

05 Parcelamentos a Receber

	Circulante		Realizável a Longo Prazo	
	2010	2009	2010	2009
Multas Fontes Móveis	10.160	9.677	335	289
Multas Fontes Estacionárias	6.757	4.345	5.029	2.567
Licenças Instalação/Func.	14	105	-	-
Assistência Médica	95	68	317	205
Outros	28	47	-	-
Prov. Créd. Liquidação Duvid.	(6.469)	(9.617)	-	-
Atualização Legal	166	261	-	-
	10.751	4.886	5.681	3.061

06 Imobilizado
a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.		2010		2009	
	Custo	Depreciação	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Terrenos	14.849	-	14.849	14.849		
Edifícios e instalações	1,82 a 2,86	43.899	13.580	30.319	30.003	30.003
Rede Telemétrica	10	5.025	4.858	167	286	286
Máquinas e equipamentos	10	51.243	26.874	24.369	16.864	16.864
Móveis e utensílios	10	5.493	3.616	1.877	1.654	1.654
Veículos e embarcações	20 e 5	9.315	8.588	727	1.794	1.794
Microcomputadores e periféricos	20	9.069	6.466	2.603	2.936	2.936
Laboratório volante e de testes de Veículos	10	921	921	-	-	-
Benfeitorias em propriedade terc.	20	4.751	1.812	2.939	2.253	2.253
Imobilizações em andamento		9.784	-	9.784	9.404	9.404
Outros	4	967	101	866	869	869
Total		155.316	66.816	88.500	80.912	80.912

b. Movimentação do Custo

	2009		2010	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	14.849	-	-	14.849
Edifícios e instalações	41.864	2.092	57	43.899
Rede Telemétrica	5.025	-	-	5.025
Máquinas e equipamentos	41.044	10.814	615	51.243
Móveis e utensílios	4.992	538	37	5.493
Veículos e embarcações	9.591	-	276	9.315
Microcomputadores e periféricos	8.743	661	335	9.069
Laboratório volante e de testes de Veículos	921	-	-	921
Benfeitorias em propriedade terc.	3.926	828	3	4.751
Imobilizações em andamento	9.404	380	-	9.784
Outros	967	-	-	967
Total	141.326	15.313	1.323	155.316

A CETESB realizou no exercício de 2003 a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, a Deliberação CVM nº 183/95 e a Deliberação CODEC nº 01/91. No exercício de 2010 foi realizado contra a conta de Resultado a depreciação no montante de R\$ 312 mil (R\$ 312 mil em 2009).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Receita Líquida de Serviços e Vendas		
Subvenção de Custeio	163.042	169.559
Exercício do Poder de Polícia Delegado	150.146	120.177
Venda de Serviços e Produtos	4.740	3.311
	317.928	293.047
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	(206.448)	(177.538)
Lucro Bruto	111.480	115.509
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(81.630)	(104.064)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(3.564)	(836)
	(85.194)	(104.900)
Lucro Operacional antes dos Encargos Financeiros e Variações Monetárias	26.286	10.609
Encargos Financeiros Líquidos		
Despesas Financeiras	(495)	(361)
Receitas Financeiras	2.521	3.941
	2.026	3.580
Variações Monetárias		
Passivas	(781)	(480)
Ativas - Exercício do Poder de Polícia Delegado	20.042	10.986
Ativas - Outras	1.350	3.366
	20.611	13.872
Lucro Líquido do Exercício	48.923	28.061
Resultados Líquidos Atribuíveis		
Participação de Sócios não Controladores	1	1
Detentores do Capital Próprio da Empresa	48.922	28.060
	48.923	28.061

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	2010	2009
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	48.923	28.061
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação	7.540	7.052
Depreciação Intangível	184	232
Realização Reserva de Reavaliação	75	75
Subtotal	56.722	35.420
Variações no Ativo Circulante		
Clientes	235	158
Adiantamentos a Empregados	108	43
Impostos a Recuperar	4	(82)
Parcelamentos a Receber	(5.864)	2.413
Valores a Receber - Dívida Ativa	(17.779)	(1.202)
Outras Contas a Receber	6.165	(126)
Estoques	401	(118)
Despesas Exercício Seguinte	5	187
Subtotal	(16.725)	1.273
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	(345)	1.943
Salários e Remunerações a Pagar	734	413
Impostos e Contribuições a Recolher	500	533
Reclamações Trabalhistas	(1.710)	(12.630)
Contas a Pagar	(2.681)	(691)
Adiantamentos a Convênios	7.010	11.274
Adiantamentos de Clientes	419	(26)
Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos	1.632	(452)
Provisão para Contingências Trabalhistas	(1.260)	(9.278)
Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	588	266
Subtotal	4.887	(8.648)
Total das Atividades Operacionais	44.884	28.045
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(15.313)	(7.753)
Aquisição de Investimentos	2	0
Aquisição de Intangíveis	(198)	(216)
No Realizável de Longo Prazo	23.072	(14.516)
Exigíveis a Longo Prazo transferidos para o Circulante	6.056	9.925
Total das Atividades de Investimento	13.619	(12.560)
Atividades de Financiamento		
Recursos destinados a Aumento de Capital	-	2.000
Bens recebidos em Doação	2.263	1.382
Realizáveis a Longo Prazo Transferidos para o Circulante	(41.587)	(12.423)
Recursos obtidos de Longo Prazo	(12.188)	(19.752)
Baixas do Ativo Permanente	183	189
Total das Atividades de Financiamento	(51.329)	(28.604)
Total dos Efeitos no Caixa	7.174	(13.119)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	48.061	61.180
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	55.235	48.061
Variação no Caixa	7.174	(13.119)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

07 Intangível
a. Composição dos Saldos

	Taxa de Depreciação % a.a.		2010		2009	
	Custo	Depreciação	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Software	20	3.174	2.670	505	491	491
Total		3.174	2.670	505	491	491

b. Movimentação do Custo

	2009		2010	
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Software	2.976	198	-	3.174
Total	2.976	198	-	



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

b) A movimentação da provisão no exercício de 2010 está demonstrada a seguir:
Saldo em 31 de dezembro de 2009 17.922
Adições 2.666
Baixas (3.338)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 17.250

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seu Departamento Jurídico.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Contencioso Cível - possui características próprias, à medida que a grande maioria das ações propostas em face da empresa (mandados de segurança e ações anulatórias de multa em geral), ainda que julgadas procedentes, não resultam em condenações que signifiquem desembolsos financeiros diretos. Nesse sentido, para os fins de se realizar o provisionamento das prováveis perdas judiciais cíveis, procedeu-se a uma triagem dos processos em curso, tendo-se, de início, realizado a escoima dos processos que não resultam em condenações com reflexos financeiros diretos, à exceção do eventual pagamento de custas e honorários advocatícios. Das perdas prováveis, o principal processo consiste na correção monetária por atraso de pagamento.
- Contingências Trabalhistas - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a reivindicação da sexta parte, reintegração no emprego e diferenças de verbas rescisórias.

d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2010	2009
Cíveis	5.767	4.752
Trabalhistas	12.487	14.700
	<u>18.254</u>	<u>19.452</u>

11 Reclamação Trabalhista Acordada
A reclamação trabalhista foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINTIUS) - Processo nº 519/1989 da 3ª Vara do Trabalho de Cubatão.
Estando o Processo em fase de execução.

	Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	2010	2009	2010	2009
SINTIUS	10.045	30.818	9.032	14.010
(-) pagamentos efetuados	(1.710)	(20.773)	-	-
Saldo	<u>8.335</u>	<u>10.045</u>	<u>9.032</u>	<u>14.010</u>

12 Patrimônio Líquido

a. O capital social está representado por 4.633.717.397 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal.

b. O Estatuto Social da Companhia estipula que as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, porém, baseada no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reservas de Lucros a Realizar, cuja natureza decorre de receitas do Exercício do Poder de Polícia Delegado que se realizarão em exercícios futuros. Sendo assim, não houve distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício.

13 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro contra incêndio, raios, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

14 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros contabilmente encontram-se a valor de mercado.

15 Adequação às novas Normas Contábeis e reflexos nas Demonstrações Contábeis

A CETESB sempre observou integralmente as Normas Contábeis Brasileiras e já se adequou às Normas Internacionais, inclusive dos CPC's - Comitês de Pronunciamentos Contábeis, ICPC's - Instruções dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e OCPC's - Orientações dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir do exercício de 2008. De todas as adequações realizadas, cabe destacar

os seguintes CPC's:

CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos - A CETESB entende que não se enquadra na exigência/obrigatoriedade do teste de impairment, dada as suas características peculiares no uso de seus bens patrimoniais que não tem finalidade comercial, conforme ressaltado no Relatório da Administração, tendo unicamente a finalidade de prestação de serviços públicos. Registre-se que os bens patrimoniais da CETESB, após o fim de sua utilização, não são comercializados e seu destino deve, por determinação do Decreto nº 27.041/87, alterado pelo Decreto nº 27.163/87, do Relatório à Diretoria 148/97/A de 02/11/97 e da Política Institucional PI/AD-005 de Ativo Imobilizado, ser a doação para o Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo.

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Desde a vigência da Lei nº 11.637/08, a CETESB tem adotado essa demonstração.

CPC 04 - Ativo Intangível - A CETESB assume a mesma posição já apresentada no CPC 01, isto é, são bens que não estão sujeitos a transações mercantis.

CPC 16 - Estoques - Os estoques estão registrados pelo seu valor original, não havendo indicação que os valores sejam superiores aos de realização.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Com base na nota explicativa nº 10, a CETESB entende atender este Pronunciamento.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Foram implementadas neste exercício às adequações previstas por este CPC, expressas no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

CPC 27 - Ativo Imobilizado - Conforme apresentado no CPC 01, a CETESB por suas peculiaridades no uso de seus bens patrimoniais, que não tem finalidade mercantil, entende que a prática contábil atual está adequada a este CPC.

16 Demonstração do Resultado Abrangente

A CETESB não apresentou em suas operações e portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/10, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

17 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrando o lucro líquido do exercício, haja vista que apurou prejuízo fiscal e portanto o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é igual ao lucro líquido do exercício.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras - TGB - Auditores e Consultores, de 21/02/2011, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de

auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da CETESB, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 03 de março de 2011.

DAVIDSON CAMPANELI
HENRIQUE SHIGUEMI NAKAGAKI
JOÃO EMILIO BUZZO
RITA JOYANOVIC
ROSILENE APARECIDA CHERON GENTILE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FRANCISCO GRAZIANO NETO
Presidente

CONSELHEIROS:
KOYU IHA
NEY LOPES DE SOUZA
NORBERTO ANTONIO BATISTA
OTAVIO OKANO

ROBERTO PENTEADO MASAGÃO
RUBENS EMIL CURY
SADALLA DOMINGOS
SONIA FRANCINE GASPAS MARMO

DIRETORIA

OTAVIO OKANO
Diretor-Presidente
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Tecnologia, Qualidade e Avaliação Ambiental
OTAVIO OKANO
Diretor de Licenciamento e Gestão Ambiental em exercício
SERGIO MEIRELLES CARVALHO
Diretor de Gestão Corporativa

ROSELI DE PAULA - Contadora - CRC - 1SP192207/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
2RS003622/O-0 - "S" - SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC/RS 065.932/O-7 - "S" - SP
Responsável Técnica



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

